

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAIS MAIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE DA SILVA DE MELO
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingu (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingu (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingu (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | **E-mail:** docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos da CPL

Pregão Presencial nº 001/2015 - Comunicado ao Processo nº 047/2014

Atos Administrativos

Extrato do 3º Termo Aditivo - Processo nº 055/ALE/2012

Resoluções de Afastamentos nº 024 A 026/2015

Atos Legislativos

Decreto Legislativo nº 001/2015

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2015

Projeto de Lei nº 004/2015

Propostas de Moção nº 001 a 003/2015

Indicações nº 016 a 018/2015

Mensagem Governamental nº 012/2015

Atas Comissões

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos - Edital de

Convocação nº 001/2015

Comissão Especial Externa - Resolução nº 013/2015 - Editais de Convocação nº 001 e 002

Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução nº 006/2015

Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução nº 005/2015

Atas Plenárias

Ata da Sessão Solene de Instalação da 49ª Legislatura / 25º Período

Ata da 2370ª Sessão Ordinária - Sucinta

Ata da 2366ª Sessão Ordinária - Inteira

02

02

02

02

03

03

04

05

05

05

05

06

06

09

12

17

18

ATOS DA CPL
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015
 COMUNICADO**

PROCESSO: 047/2014

NATUREZA: Pregão Presencial Nº 001/2015

OBJETO: Consiste na Pesquisa de opinião pública para identificação das principais necessidades do Estado, visando fixar diretrizes na aplicação do orçamento destinado aos 15 (quinze) municípios do Estado bem como pesquisa de opinião quanto ao desempenho do Poder Legislativo.

Decorrido o prazo legalmente estipulado para interposição de recursos em decorrência da decisão de desclassificação publicada no dia 26/02/2015 neste folheto e no Diário Oficial da ALE/RR, a Pregoeira designada para instruir o procedimento de Pregão Presencial nº. 01/2015 convoca as empresas GLOBAL EMPREENDIMENTO LTDA e DATA NORTE CONSTRUÇÕES E PESQUISA LTDA, para que compareçam às 10:00 horas do dia 06/03/2015, na sede da CPL ALE/RR, com a finalidade de negociar a proposta de preços na ordem de classificação para, em havendo sucesso na negociação, seja realizada a abertura da documentação de habilitação e posterior adjudicação da empresa declarada habilitada.

Outras informações estão à disposição dos interessados em horário normal de expediente horário das 08:00h as 13:00h, na sala de reuniões da CPL.

Boa Vista-RR, em 04 de Março de 2015.

Maria Jaime Laranjeira Menezes

Pregoeira /CPL – ALE/RR

Resolução nº 194/2014-GRH

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - EXTRATOS DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO N.º: 055/ALE/2012

OBJETO: **PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2015**

CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

CNPJ: **34.808.220/0001-68**

CONTRATADA: **TELFÔNICA BRASIL S/A**

CNPJ: **02.558.157/0001-62**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.0103101.2011/339039-101**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores**

DATA DA ASSINATURA: **30/12/2014**

VIGÊNCIA: **01/01/2015 A 31/12/2015**

PELA CONTRATANTE: **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

PELA CONTRATADA: **AIX ANDRÉ MACHADO CORREA**

Boa Vista-RR, 30 de dezembro de 2014

Niura Cardoso de Souza

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 024/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da Excelentíssima Senhora Deputada **ANGELA ÁGUIDA PORTELLA** para viajar com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 03.03 a 07.03.2015, com a finalidade de tratar de assuntos pertinentes a esta Casa Parlamentar e também a ESCOLEGIS , a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 03 de março de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

Deputado DHIEGO COELHO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 025/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **WILLIAM**

PEREIRA DIAS Matrícula 007581 para viajar com destino ao município de Rorainópolis, no período de 04.03 a 11.03.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de março de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

Deputado DHIEGO COELHO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 026/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **NILTON CEZAR DE SOUSA Matrícula 010477** para viajar com destino ao município de Rorainópolis, no período de 04.03 a 11.03.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de março de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

Deputado DHIEGO COELHO

3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
DECRETO LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2015

Concede a comenda Orgulho de Roraima as mulheres que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima as mulheres do Estado de Roraima, dentre elas as seguintes senhoras:

1. ANA MARIA NATTRODT DE MAGALHAES
2. ANTONIA VIEIRA SANTOS
3. AUGUSTA DE OLIVEIRA FERREIRA
4. CARMEN MILAGRES CARNEIRO SÁ
5. CARMÚIA EMILIANO
6. CIDALINA THOMÉ ABDALA
7. CLEONIDES GOMES PEREIRA
8. DENICEQUEIROZDASILVA
9. DIVA DA SILVA BRIGLIA
10. EDINELZA FARIA RODRIGUES
11. ELIANE DA SILVA GOMES
12. ELIZABETH MITIE FUKUDA
13. FÁTIMA SORAIA MENEZES BARRETO
14. FRANCISCA VANDA DOS SANTOS SILVA
15. GILCE DE OLIVEIRA PINTO
16. HERCIA CIDADE NOGUEIRA
17. HIYAM YAGHI
18. IVANIZIA DE SOUZA CANDEIRA
19. JEANE MAGALHÃES XAUD
20. LANDERCY FIGUEREDO PEREIRA
21. LIDIA TEIXEIRA DA SILVA
22. MARIA DA GLÓRIA SOUTO MAIOR NOGUEIRA
23. MARIADÉFÁTIMASDUZA
24. MARIA DE JESUS ZAGURY NAKAI
25. MARIA LÚCIA DIAS DE SOUZA CRUZ CASARIN
26. MARIA LUIZA CASTRO PERIM
27. MARIAMEIRE SARAIVA UMA
28. MARIA MIRNA SOUTO MAIOR SARAH
29. ONEZA COSTA MORATEW
30. ROSALIA M. DE SÁ CORREIA
31. SELMA ASSUNÇÃO MARIOT
32. VAGUINA AGUIAR DE CARVALHO
33. VANIA AGUIAR COSTA
34. SIMONE ANDRADE QUEIROZ

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de março de 2015.

Deputado JALSER RENIER
 Presidente
Deputado MARCELO CABRAL
 2º Secretário
Deputado IZAIAS MAIA
 3º Secretário

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2015

Concede a comenda Orgulho de Roraima as mulheres que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima as mulheres do Estado de Roraima, dentre elas as seguintes senhoras:

1. ANA MARIA NATTRODT DE MAGALHAES
2. ANTONIA VIEIRA SANTOS
3. AUGUSTA DE OLIVEIRA FERREIRA
4. CARMEN MILAGRES CARNEIRO SÁ
5. CARMÚIA EMILIANO
6. CICALINA THOMÉ ABDALA
7. LEONIDES GOMES PEREIRA
8. DENICEQUEIROZDASILVA
9. DIVA DA SILVA BRIGLIA
10. EDINELZA FARIA RODRIGUES
11. ELIANE DA SILVA GOMES
12. ELIZABETH MITIE FUKUDA
13. FÁTIMA SORAIA MENEZES BARRETO
14. FRANCISCA VANDA DOS SANTOS SILVA
15. GILCE DE OLIVEIRA PINTO
16. HERCIA CIDADE NOGUEIRA
17. HIYAM YAGHI
18. IVANIZIA DE SOUZA CANDEIRA
19. JEANE MAGALHÃES XAUD
20. LANDERCY FIGUEREDO PEREIRA
21. LIDIA TEIXEIRA DA SILVA
22. MARIA DA GLÓRIA SOUTO MAIOR NOGUEIRA
23. MARIADEFÁTIMASDUZA
24. MARIA DE JESUS ZAGURY NAKAI
25. MARIA LÚCIA DIAS DE SOUZA CRUZ CASARIN
26. MARIA LUIZA CASTRO PERIM
27. MARIAMEIRE SARAIVA UMA
28. MARIA MIRNA SOUTO MAIOR SARAH
29. ONEZA COSTA MORATEW
30. ROSALIA M. DE SÁ CORREIA
31. SELMA ASSUNÇÃO MARIOT
32. VAGUINA AGUIAR DE CARVALHO
33. VANIA AGUIAR COSTA
34. SIMONE ANDRADE QUEIROZ

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de março de 2015.

Deputada ANGELA AGUIDA PORTELLA
 Presidente
 Deputado **OLENO MATOS**
 Vice-Presidente
 Deputada **AURELINA DE MEDEIROS**
 Membro
 Deputada **LENIR MEDEIROS**
 Membro
 Deputado **DHIEGO COELHO**
 Membro

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 004/2015

“Institui no âmbito do Poder executivo do Estado de Roraima, o projeto social de formação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos, denominado Carteira de Habilitação Cidadã e dá outras providências.”

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Roraima, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde e coordenado em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN/RR, o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, denominado Carteira de Habilitação Cidadã.

Art. 2º A finalidade do Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores é possibilitar gratuitamente o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo à obtenção da 1ª (primeira) Carteira Nacional de Habilitação - CNH nas categorias A, B e AB e, na hipótese de renovação da CNH para os condutores profissionais, assegurando aos beneficiários:

- I - dispensa do pagamento dos custos relativos aos exames de aptidão física, mental e psicológica;
- II - dispensa de pagamento dos custos para obtenção da 1ª (primeira) habilitação, nas categorias A, B, AB e para renovação da CNH para condutores profissionais;
- III - dispensa do pagamento dos custos de emissão da CNH;
- IV - dispensa do pagamento dos valores relativos à realização dos cursos teórico-técnico e de prática de direção veicular;
- V - dispensa do pagamento dos custos inerentes à realização de provas teóricas e práticas.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei serão consideradas pessoas de baixo poder aquisitivo, aquelas cuja renda mensal seja igual ou inferior a ½ (meio) salário mínimo por membro da família.

Parágrafo único. Poderão se candidatar ao benefício proporcionado pelo Projeto Social de que trata a presente Lei pessoas de baixo poder aquisitivo que se enquadrarem em uma das seguintes situações:

- I - os trabalhadores comprovadamente desempregados há mais de 01 (um) ano;
- II - beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 09.01.2004;
- III - pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo por meio de Decreto;
- IV - no caso da renovação de CNH, os condutores que comprovem o exercício da atividade remunerada de motorista.

Art. 4º O candidato à obtenção do benefício da gratuidade da primeira CNH, previsto nesta Lei deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - ser penalmente imputável;
- II - saber ler e escrever;
- III - possuir CPF, Carteira de Identidade ou equivalente;
- IV - comprovar domicílio ou residência no Estado de Roraima há pelo menos 02 (dois) anos;

V - não estar judicialmente impedido de possuir a CNH.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá por decreto critérios de seleção dos beneficiários do presente projeto social.

Art. 5º A concessão dos benefícios a que se refere esta Lei, para obtenção de 1ª (primeira) CNH ou de sua renovação para os condutores profissionais, não exime o beneficiário da realização de todos os exames necessários e indispensáveis para a habilitação na categoria pretendida, devendo ser observadas as disposições da Lei nº 9.503, de 23.09.1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 1º O candidato com inaptidão temporária ou encaminhado à Junta Médica Especial, bem como o candidato que solicitar perícia em junta médica ou psicológica em grau de recurso, poderá refazer os exames correspondentes sem ônus uma única vez, até o vencimento do processo no Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH.

§ 2º O candidato reprovado nos exames teórico-técnico e de prática de direção veicular poderá renová-los, 1 (uma) única vez, sem qualquer ônus, desde que não expirado o prazo do processo de obtenção de 1ª (primeira) CNH.

§ 3º O candidato reprovado nos exames de prática de direção veicular poderá renová-los, 1 (uma) única vez, sem qualquer ônus, desde que não expirado o prazo do processo de mudança de categoria da CNH.

§ 4º Expirada a validade do processo de obtenção de 1ª (primeira), ou inabilitado o candidato, este somente poderá ser incluído no Projeto de que trata o art. 1º desta Lei, após decorrido 01 (um) ano a contar do final do processo, devendo comprovar, ainda, a validade dos exames médicos e psicológicos.

§ 5º Fica reservado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas destinadas anualmente ao projeto.

Art. 6º O Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, será responsável pelo pagamento das despesas relativas ao curso teórico-técnico e ao curso de prática de direção veicular, ministrados pelos Centros de Formação de Condutores - CFCs, e ainda pelo pagamento de despesas relativas aos exames médicos e psicológicos realizados pelas clínicas credenciadas, tanto no processo de primeira CNH, quanto na renovação da CNH dos condutores profissionais.

§ 1º O Governo do Estado destinará recursos suficientes à concessão dos benefícios sociais de que trata esta lei com recursos oriundos da Fazenda Estadual à Secretaria de Estado da Saúde extra limite de 12% (doze por cento) obrigatórios de aplicação em saúde.

§ 2º É vedada aplicação de recursos do SUS e/ou dos 12% (doze por cento) constitucionais destinados à saúde, para custear o programa social criado nesta lei.

§ 3º O Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, poderá celebrar convênios com as clínicas e CFCs credenciados junto ao DETRAN/RR para a realização das atividades previstas no caput deste artigo.

§ 4º Para o cumprimento do Projeto, fica facultada a Secretaria de Estado da Saúde a celebração de convênios administrativos com instituições de ensino, com outros entes federativos e com organizações não-governamentais, podendo, para tanto, utilizar recursos orçamentários próprios, de outras fontes ou oriundos de convênios específicos.

§ 5º Fica assegurado a todas as clínicas e CFCs credenciados e regulares com o DETRAN/RR, e que atendam às especificações dispostas em regulamento, o direito de realizarem as atividades disciplinadas nesta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo instituirá uma Comissão Executiva para gerenciamento do Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, com as seguintes atribuições:

I - supervisionar o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores;

II - avaliar procedimentos de execução do Projeto, instituir medidas de fiscalização, ajustamento e aperfeiçoamento e elaborar as normas complementares não estabelecidas na regulamentação desta Lei;

III - dar assessoramento técnico e administrativo na implantação, execução e acompanhamento e avaliação do Projeto;

IV - analisar e aprovar os relatórios de avaliação e resultados, incluindo, quando necessário, parecer sobre assuntos de sua competência.

Art. 8º Compete ao Chefe do Poder Executivo, por meio de Decreto:

I - instituir as diretrizes, os critérios, as normas e os procedimentos operacionais necessários ao funcionamento do presente Projeto, atendidas as regras estabelecidas nesta Lei;

II - estabelecer o número de vagas anual para os beneficiários do presente Projeto.

Art. 9º O disposto nesta Lei não se aplica às pessoas que tenham cometido crimes na condução de veículo automotor, previstos no CTB, com sentença penal condenatória transitada em julgado ou que tenham sofrido penalidade de cancelamento de permissão e cassação de CNH nos últimos 02 (dois) anos, contados até a data da inscrição no processo seletivo do presente programa social.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder alterações no orçamento e no Plano Plurianual de Aplicação, a fim de possibilitar a imediata execução do Projeto criado nesta Lei.

Art. 11. A presente Lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista-RR, 25 de fevereiro de 2015.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual

CEL. GERSON CHAGAS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto autorizativo, pauta-se na premissa de que o trânsito há muito tempo deixou de ser matéria tão somente da segurança pública, considerando que o reflexo dos acidentes de trânsito tem impacto

significante na saúde do nosso Estado.

Conforme estatísticas dos órgãos de trânsito, a maioria dos acidentes ocorre por falha humana, e mais, os números também apontam como uma das infrações mais praticadas a de dirigir sem possuir CNH. Logo se presume, que a maioria dos nossos condutores não possuem permissivo legal nem qualificação técnica para conduzir veículos em vias públicas.

Ademais, o espantoso gasto de recursos públicos no tratamento das vítimas de acidente de trânsito, que ocupam cerca de 60% dos leitos do trauma do nosso hospital geral, corrobora com a propositura de que o projeto social da carteira de habilitação cidadã deve ser custeado com recursos destinados a saúde.

Nossa afirmação é de que se possuímos condutores qualificados e habilitados em nosso trânsito, o número de acidentes diminuirão e consequentemente o recurso público hoje aplicado com as vítimas do trânsito, serão empregados em outros setores mais necessitados da saúde.

Assim, o projeto ora apresentado, tem o condão fundamental de preservar a vida humana, proporcionando à sociedade roraimense um trânsito mais seguro e qualificado, sem deixar de lado o fator social de propiciar a pessoa de baixa renda, o direito de obter sua Carteira Nacional de Habilitação.

Ante o exposto, elevamos o presente projeto de lei autorizativo à apreciação dos nobres Deputados.

Boa Vista-RR, 25 de fevereiro de 2015.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual

CEL. GERSON CHAGAS

Deputado Estadual

PROPOSTAS DE MOÇÕES

PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 001/2015

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento dos policiais militares, Sargento RINALDO GOMES DE OLIVEIRA, Tenente-Coronel JOSÉ ROBERTO VIEGAS, Subtenente RAIMUNDO PENA BARROS e soldado LUCAS HENRIQUE SOUZA SILVA, respectivamente em 02/01/2015, 20/01/2015, 25/01/2015 e 25/01/2015, nesta Capital.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares daqueles que em vida fizeram jus ao juramento de “proteger e servir” a sociedade. Todos eles foram vítimas da violência de trânsito em Boa Vista-RR.

Considerado a relevância das atividades que os mesmos exerciam e as lamentáveis perdas, esta Casa manifesta solidariedade.

Que os mesmos sejam acolhidos pela providência divina com muita luz.

Palácio Antônio Martins, 25 de fevereiro de 2015.

Deputado SOLDADO SAMPAIO

PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 002/2015

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** aos familiares do Senhor **Dagmar Vieira Ramalho, membro fundador da Academia Roraimense de Letras, poeta, compositor, arranjador, radialista e integrante da equipe de comunicação da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER)**, pelo falecimento do mesmo, ocorrido no dia 26 do corrente, na cidade de São Paulo (SP).

A Assembleia Legislativa de Roraima, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar a Senhora **Sônia Barros Ramalho** e a seus filhos **Rosinalva Maria Abreu Ramalho, Márcio Iran de Souza Ramalho, Sílvia Barros Ramalho Pimentel, Dagmar Vieira Ramalho Filho e Karine Barros Ramalho dos Santos**.

Dagmar Vieira Ramalho é membro fundador da Academia Roraimense de Letras, ao lado de Nenê Macaggi, Dorval de Magalhães, Mário Linário Leal, Afonso Rodrigues, Maria Augusta, Leopoldo Neto, Antônio Poeta, Ceci Lia Brasil, Petita Brasil, Rita de Cássia, Fernando Quintela, Célio Fonseca, Cicero Ferreira e Laucides Oliveira.

Ao longo de 30 anos, o poeta, compositor, arranjador e radialista Dagmar Ramalho comandou vários programas nas Rádios Tropical, Equatorial e Roraima, sendo o último o programa ‘Voltando para Casa’, na Rádio Roraima, a partir das 17h, horário que as pessoas estavam voltando para casa.

Neste programa, de cunho informativo e de entretenimento, destacava a importância da água, como recurso natural essencial para a vida e a extrema necessidade de preservação de suas fontes. Além de trazer informações valiosas aos seus ouvintes com dicas de como economizar água,

e usá-la de maneira consciente.

Dagmar Ramalho era servidor da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) há 30 anos, onde fazia parte da equipe de Comunicação da Casa, exercendo o serviço específico de apresentar a empresa aos consumidores e aos grupos de visitantes, entre eles, estudantes da rede pública e particular de ensino e acadêmicos.

O radialista cursava atualmente Ciências Sociais, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), curso que segundo a família era a realização de um grande sonho, tendo em vista o mesmo apesar do seu extenso curriculum, ainda não tinha um curso de nível superior.

Neste momento de intensa dor, desejamos que o mesmo seja acolhido pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 27 de fevereiro de 2015.

Deputado Oleno Matos

PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 003/2015

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** aos familiares do Senhor Antonio Menezes da Silva, genitor da Governadora do Estado de Roraima, pelo seu falecimento, em 28 de fevereiro de 2015, no Hospital Geral de Roraima.

A Assembléia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público prestar condolências à Governadora e seus familiares pelo falecimento do Senhor Antonio.

Palácio Antônio Martins, 04 de Março de 2015.

Deputado BRITO BEZERRA

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 016/15

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

- **REFORMA, EM CARATER DE URGÊNCIA, E CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ AURELIANO DA COSTA, SITUADA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE CANTÁ, POIS A MESMA ENCONTRA-SE EM TOTAL ESTADO DE ABANDONO IMPEDINDO O INÍCIO DAS AULAS DO CORRENTE ANO LETIVO.**

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a Escola José Aureliano da Costa é a única instituição de ensino da rede estadual na sede do município de Cantá e por entender que a situação de abandono em que se encontra é inadmissível, uma vez que o ano letivo está em curso nos demais municípios e os estudantes daquela localidade estão sendo penalizados, sofrendo com isso danos à aprendizagem e ao desenvolvimento intelectual. Para que a situação não se agrave ainda mais se faz necessário uma ação urgente deste governo no sentido de sanar esta dificuldade e dar início aos trabalhos na referida instituição. Este é o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015.

Evangelista Siqueira

Deputado Estadual – PT/RR

INDICAÇÃO Nº 017/15

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

- **PROVIDENCIAR, EM CARATER DE URGÊNCIA, A REALIZAÇÃO DO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES E A DIVULGAÇÃO DE UMA DATA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AS ÁREAS COM NECESSIDADES, POIS OS ALUNOS ESTÃO SENDO PENALIZADOS COM A FALTA DE PROFESSORES E CONSEQUENTEMENTE FICANDO SEM AULAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO ESTADUAL.**

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que os alunos estão sofrendo prejuízo em sua construção pedagógica e intelectual por falta de professores das diversas áreas do conhecimento em praticamente todas as instituições de ensino da rede estadual, se faz urgente a necessidade de realizar, num primeiro momento, o seletivo que venha suprir de forma temporária as demandas de cada instituição e, por conseguinte, a divulgação de data para a realização de concurso público que irá sanar toda e qualquer falta de professor nas escolas. É inegável o

direito constitucional de uma educação com qualidade e tendo em vista que o ano letivo já começou quanto maior for a demora, maior será o prejuízo para nossos docentes.

Este é o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015.

Evangelista Siqueira

Deputado Estadual – PT/RR

INDICAÇÃO Nº 018/15

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

- **NORMALIZAR, EM CARATER DE URGÊNCIA, O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR EM TODAS AS ESCOLAS DA CAPITAL E INTERIOR, POIS A MESMA SE CONSTITUI COMO PARTE INDISPENSÁVEL AO CONTIDIANO ESCOLAR.**

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a merenda é parte indispensável do cotidiano escolar, e que em muitos casos esta se constitui como uma das poucas refeições diárias das crianças, faz-se necessária e urgente a normalização do fornecimento da mesma em todas as escolas do estado. Entendemos as dificuldades por qual passa a nova gestão estadual, porém não se pode aceitar a situação uma vez que há investimentos do Governo Federal nesta área. Vale ressaltar que a falta da merenda escolar traz prejuízos irreparáveis para o processo de construção intelectual dos docentes.

Este é o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2015.

Evangelista Siqueira

Deputado Estadual – PT/RR

RECEBIDO DO EXECUTIVO - MENSAGEM GOVERNAMENTAL

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 012 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS,

Tenho a satisfação de submeter à apreciação e à arguição dessa Augusta Casa Legislativa, nos termos do art. 33, inciso XVIII (alterado pela E.C. nº 029/11) e inciso XXXI (aditado pela E.C. nº 023/09), da Constituição do Estado de Roraima, o nome do senhor REGYS ODLARE LIMA DE FREITAS, indicado para exercer o cargo de Reitor Pró-Tempore da Universidade Estadual de Roraima – UERR. Palácio Senador Hélio Campos/RR, 26 de fevereiro de 2015. SUELLY CAMPOS Governadora do Estado de Roraima

ATAS COMISSÕES

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Em 03/03/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº001/14

Convocamos os Senhores Parlamentares, que compõem esta Comissão: **Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Odilon Filho e Valdenir Ferreira**, para reunião Extraordinária desta Comissão, no dia 10 de março (terça-feira) às 15h, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Nôemia Bastos Amazonas deste Poder, com objetivo de ouvir o Senhor **Josué dos Santos Filho**, Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o Sistema Prisional deste Estado.

Deputado **Jorge Everton**

Presidente

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 013/2015 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO 021/2015

Palácio Antônio Martins, 04 de março de 2015.

Edital de Convocação nº 001/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, membros desta Comissão Especial Externa, Deputados: **Aurelina Medeiros, Dhiego Coelho, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira** para reunião extraordinária desta

Comissão, datada para o dia 10 de março do corrente ano, às 15 horas, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para que seja arguida a **Senhora Flauene Silva Santiago**, indicada pela Chefe do Poder Executivo, para ocupar o Cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima - **ITERAIMA**, conforme Mensagem Governamental nº09, de 10 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

Dep. Marcelo Cabral
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 013/2015 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 021/2015

Palácio Antônio Martins, 04 de março de 2015.

Edital de Convocação nº 002/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, membros desta Comissão Especial Externa, Deputados: **Aurelina Medeiros, Dhiago Coelho, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira** para reunião extraordinária desta Comissão, datada para o dia 11 de março do corrente ano, às 15 horas, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para que seja arguido o Senhor **Lurenis Cruz do Nascimento**, indicado pela Chefe do Poder Executivo, para ocupar o Cargo de Diretor - Presidente do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACT, conforme Mensagem Governamental nº08, de 03 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

Dep. Marcelo Cabral
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 006/2015, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na sala de reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 006/15, conforme prevê o art. 43 do Regimento Interno, com a finalidade de acompanhar e analisar, junto ao Poder Executivo, possíveis irregularidades no Programa Assistencial/Crédito Social, durante o período de suspensão por 90 (noventa) dias do referido benefício, conforme definido no Decreto Governamental nº 18.276-E, de 9 de janeiro de 2015. A Comissão, composta pelos Senhores Parlamentares: Jânio Xingú; George Melo; Angela Águia Portella; Marcelo Cabral; José Ribamar de Araújo Barbosa e Izaías Maia. **Abertura:** O Senhor Vice-Presidente, Deputado George Melo, na ausência do Senhor Presidente Izaías Maia, assumiu a presidência dando início aos trabalhos, cumprimentou os Parlamentares presentes: Deputados Jânio Xingú, Angela Águia Portella e Marcelo Cabral; ausente os Senhores Deputados Izaías Maia e José Ribamar de Araújo Barbosa. Prosseguindo, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quórum regimental. Havendo quórum, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária para ler a Ata da Reunião anterior. A requerimento da Senhora Deputada Angela Águia Portella, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão; logo ao chegar, o Deputado Izaías Maia, Presidente desta Comissão, assumiu os trabalhos. **Expediente:** O Presidente da Comissão, Senhor Deputado Izaías Maia, prosseguiu informando que, atendendo a convocação desta Comissão, encontrava-se nas dependências desta Casa a Excelentíssima Senhora Emília Ribeiro Campos dos Santos, Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES, para prestar (informações) quanto às irregularidades detectadas no Programa Crédito Social, em seguida solicitou que a mesma fosse conduzida ao Plenário da Comissão. Após receber a Excelentíssima Secretária, Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos, informou aos presentes que todos deveriam falar ao microfone, tendo em vista que a Ata desta Reunião será transcrita na íntegra, dirigindo-se à Excelentíssima Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos, disse que informações que ela prestar à esta Comissão, serão de sua inteira responsabilidade, qualquer informação falsa, ou recusa em prestá-la, poderá ser penalizada com o disposto na

Lei. (Segue na íntegra). Passo a palavra ao Senhor Relator, Deputado Jânio Xingu, para formular os questionamentos que achar necessários. **Deputado Jânio Xingu (Relator)** – Senhor Deputado Izaías Maia, Presidente desta Comissão, Excelentíssima Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos e sua equipe de trabalho, a continuidade desta Comissão é para que a gente possa entender como está sendo feita esta auditoria no Crédito Social. Estivemos na UNIVIRR, onde detectamos que vocês têm um convênio com aquele órgão no tocante ao recadastramento, lembrando que as perguntas poderão ser feitas por todos os Deputados, até mesmo os que não partipam desta Comissão, pois eles também têm direito à voz, só não ao voto, sendo que, no momento, temos só os Deputados Membros da Comissão presentes. Então, Deputado Izaías, no momento não tenho perguntas, vou deixar para fazê-las posteriormente, me coloco à disposição, e deixo os meus colegas de Parlamento se manifestarem com suas perguntas, para que, assim, possa elaborar meu relatório. **Deputado George Melo (Vice-Presidente)** – Senhora Secretária, nós fizemos uma visita cordial àquela Secretaria, e lembro-me que naquela oportunidade, a Senhora afirmou a esta Comissão que pagaria todas essas pessoas retroativamente, relativo ao Crédito Social. Acredito que após todo este trabalho de recadastramento, com parceria da UNIVIRR, vocês entenderam que o Governo é impessoal, não é de uma pessoa, o Governo tem vida própria, acabou a Gestão, não acaba o Governo. Então, gostaria de saber se já possui data marcada para o pagamento retroativo a essas pessoas que estão regulares com o cadastro do Crédito social e que estão ansiosos aguardando receber o crédito desse benefício. E, também, no mesmo sentido da outra pergunta: se o cidadão, que comprovar que está apto a receber o Crédito Social, ele vai receber imediatamente? Qual o trâmite? O lapso temporal? Gostaria que a Senhora nos desse este esclarecimento. **Deputada Angela Águia Portella (Membro)** – Boa-tarde, Presidente, nobres Pares, Secretária, agradecemos a sua vinda, apesar da convocação, mas a sua disponibilidade assim como de seus assessores. Nós gostaríamos de saber se os valores destinados ao pagamento retroativo está provisionado e de que forma vocês chegaram ao valor de 11 milhões que está sendo pago de forma indevida, conforme matéria veiculada em Jornal local. Enfim, após estes esclarecimentos, talvez tenhamos novas dúvidas e a gente volta a questionar. **Deputado Marcelo Cabral (Membro)** – Boa-tarde a todos, saúdo o nosso Presidente Izaías, Deputados George, Angela e Jânio Xingu, a Secretária e, em nome dela, saúdo os funcionários do Governo. Acompanhando atentamente cada pergunta, ouvi a preocupação dos Deputados, lógico, em relação a uma sociedade, onde o povo precisa, que necessita realmente, tenho duas perguntas básicas e práticas para fazer. Quais são os critérios hoje que vocês estão utilizando para fazer o recadastramento? As pessoas estão indo à SETRABES, ou tem uma equipe que vai na casa de cada um? Porque é muita gente. A UNIVIRR está fazendo? Desculpa, não estava sabendo. E o Deputado Gerge fez uma pergunta interessante, se as pessoas que não receberam janeiro, fevereiro, vi até uma entrevista sua, essas pessoas vão ser pagas retroativamente, não é isso? Que irão ser pagos acumulativos referente aos três meses, ou esse pagamento será fracionados. E, se o crédito, como ouvimos falar no ano passado, iria aumentar o valor do Crédito Social em programas de Governo da Governadora Sueli. Não sei se vai entrar em vigor este ano, até mesmo para a sociedade, o povo que necessita tomar conhecimento, estava em 6 milhões mês, que dava quase 70 milhões por ano investidos no Estado, em cada Município de Roraima. É um Projeto, acredito, considerado salutar, importante para as pessoas que precisam, que não têm emprego, dependem diretamente dessa ajuda. Vocês sabem disso, e estamos hoje aqui, os Deputados pedem para, agilizar o mais rápido que puder. É importante isso, porque onde a gente chega é cobrado, ando muito pelo interior e quem anda isso é natural, é mais cobrado, e todos os Deputados andam muito. E nos perguntam, Deputado e o Crédito? E, normalmente, não temos o que dizer, como responder. Tanto que reunimos esta Comissão para ouvir, esclarecer e levar ao conhecimento do nosso povo que vive no interior sobre a sua única renda que é o Crédito Social. Então, Senhor Presidente, essas foram as minhas perguntas. Muito obrigado por ter vindo esclarecer nossas dúvidas e questionamentos, agradeço a preocupação do Governo em olhar com bons olhos este Projeto. **Deputado Izaías Maia (Presidente)** – Excelentíssima Secretária Senhora Emília Campos, queria pedir que a Senhora, se possível, para constar nos registros desta Casa, apresente a sua equipe, a sua assessoria de trabalho. A pergunta que faço à Senhora, primeiro dizendo que nós estamos aqui para ajudar, para colaborar, porque nós sabemos que, ao assumir o Governo, um pensamento do Governo Sueli Campos é de honestidade, transparência e detectar o que está errado. Então, nós estamos aqui para ajudar e colaborar com o Governo. Pergunto: As pessoas que estiverem

regulares com documentos dentro da Lei, irão receber, as que não estiverem serão afastadas, como têm muitas denúncias, outras pessoas irão entrar no lugar das que estão sendo afastadas. Se entrarem tudo bem, e se não, o que será feito com esta diferença de valores que irá sobrar? O que a Senhora pretende fazer? É porque existem outros setores que poderão ser investidos. A outra: Se tem um prazo para participar do Programa, ou se posso ficar com ele o quanto quiser, enquanto for possível. E, com relação à parceria da SETRABES com a UNIVIRR, como foi feito esse acordo? É porque a dificuldade do Governo é grande, e a UNIVIRR tem uma certa estrutura. São as três perguntas juntamente com as dos demais Deputados. Então, se possível, gostaríamos que a Senhora respondesse, juntamente a apresentação da sua equipe de trabalho. Boa-tarde e seja bem-vinda. **Deputado Jânio Xingu (Relator)** – Gostaria de fazer uma pergunta à Senhora Secretária, porque de forma vulgar, na cidade, as pessoas falam que têm 50 mil, 60 mil, 80 mil pessoas no programa, e a Senhora não sabe exatamente quantas pessoas existem no Programa? Era isso que eu gostaria saber, e, ainda quantas pessoas já foram detectadas de forma irregular. **Deputado Marcelo Cabral (Membro)** – Queria saber porque as pessoas que estavam regulares, Emília, não continuaram a receber o Crédito Social, porque quando suspenderam foi geral, não podiam fazer o recadastramento e continuar ao mesmo tempo pagando quem estivesse em dia? Era só isso, obrigado. **Deputado Izaías Maia (Presidente)** – Feitas todas as perguntas necessárias pelos Deputados, Secretária Emília Campos, fique à vontade para respondê-las. **Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES)** – Boa-tarde a todos. Cumprimento, em nome do Deputado Izaías Maia, Presidente todos os Deputados Membros desta Comissão, tive a oportunidade de recebê-los há alguns dias atrás na SETRABES, momento em que tivemos nosso primeiro encontro, me coloco à disposição para responder todas as perguntas e as dúvidas que os Senhores acharem pertinentes. Então, vamos começar pela ordem das perguntas, Deputado George Melo. O dia do pagamento do retroativo, a suspensão do programa foi por 90 dias, portanto, teremos o retorno do pagamento em abril. Com relação ao trâmite do recadastramento, qual o dia do recebimento do pagamento, o trâmite de recadastramento começou no dia 19 de fevereiro, no primeiro dia houve um atendimento de mais de 1300 pessoas; no segundo, recadastramos 1400; fizemos um plantão no sábado, compareceram 12 pessoas. No sábado passado, fizemos o cadastramento no Município de Rorainópolis, quase 3.000 pessoas cadastradas; na Vila Martins Pereira também puderam se recadastrar. Na segunda-feira, ontem e hoje, houve uma média de 1200 a 1300 pessoas cadastradas; nas letras seguintes, por ordem alfabética. Então, o recadastramento transcorre de uma forma muito tranquila. Iremos percorrer o interior, como já iniciamos no Município de Rorainópolis, e no próximo sábado estaremos no Município de Uiramutã, realizando o cadastramento daquele Município. Com relação à pergunta da Deputada Angela Águida: O valor destinado ao retroativo está previsto? Sim, ele está previsto. E, em relação ao valor de 11 milhões, como foi que nós detectamos. Na verdade, Deputada, isso é só um primeiro momento, talvez sejam bem mais que 11 milhões. Estas irregularidades, nós constatamos em função da auditoria que nos foi passando todas as informações coletadas, e que ainda está em curso, no Programa ainda está ocorrendo a auditoria, e estamos aguardando o relatório final para passar mais informações detalhadas sobre este valor. Com relação à pergunta do Deputado Marcelo Cabral sobre os critérios do recadastramento. Bom, o recadastramento é feito justamente para filtrar, se aquela pessoa, por exemplo, se você hoje recebe o benefício do Estado, que é uma transferência de dinheiro que o Estado paga, e amanhã ou depois você consegue um emprego, você sai da vulnerabilidade, você sai do critério. Então, este recadastramento é feito anualmente. Aproveito para responder ao Deputado Izaías. A pessoa não fica eternamente recebendo, é uma transferência de renda provisória, por doze meses, por isso a importância do recadastramento. Então, existem critérios que, se forem cumpridos, como nós pretendemos e estamos cumprindo, certamente conseguiremos fazer com que este benefício chegue nas mãos das pessoas que mais precisam. E com relação à pergunta se vai aumentar o valor do Crédito Social. O orçamento do crédito Social foi previsto pela gestão anterior e, obviamente, não está contemplado o aumento para este ano, inclusive nós tivemos um corte de 14 milhões referentes ao crédito Social, referente ao ano de 2014, que foram de 73 milhões. E a pergunta do Deputado Izaías Maia, desculpa Deputado, agora que vou apresentar a minha equipe: nós temos aqui a presença do Procurador-Geral do Estado, o Dr. Aurélio; o seu Assessor Jurídico de Gabinete; o Dr. Amilton Feitosas, Assessor Jurídico da SETRABES; os demais, fazem parte da Assessoria de Comunicação do Palácio. E as perguntas são: As pessoas que estiverem regulares irão receber, e se outras pessoas irão

entrar? Sim, outras pessoas irão entrar, mas só a partir do segundo semestre do ano. O que será feito com a diferença de valores? Deputado, esta questão, na verdade, é preciso pagar o retroativo deles. Então, logicamente que o recurso vai ser para o pagamento do retroativo, caso haja uma diferença de valores, fica uma decisão de governo, o que fazer com isso? Se investe no próprio crédito social, já que, como os Senhores puderam ver, temos uma estrutura muito precária. O prazo para participar do programa foi respondido, ele tem uma duração de doze meses, e precisa passar pelo recadastramento para ser avaliado se a pessoa continua ou não. Com relação à UNIVIRR e a SETRABES, na verdade, Senhores Deputados, todo o Governo tem procurado se ajudar, todas as Secretarias, todas as Autarquias, porque na verdade encontramos uma realidade de muitas situações irregulares, temos procurado somar esforços, já que a UNIVIRR não estaria recebendo o público neste período, então, a Reitora nos disponibilizou toda a estrutura. Nós temos laboratórios de informática, que está nos sendo muito útil neste momento, porque se tivéssemos que realizar o recadastramento em um ginásio, estaríamos tendo que dispor de toda uma estrutura, tem a volta às aulas dos alunos nas escolas, teríamos que montar toda uma estrutura com Internet, cabeamento, e estas questões de logística nos ginásios das escolas, como era feito anteriormente, lembrando que nós temos uma equipe de 80 pessoas trabalhando neste recadastramento. Número exato, Deputado Xingú, essa gestão recebeu de cadastros ativos, ou seja, pessoas que estão ativas, se tivéssemos que pagar o mês de janeiro, seriam em torno de 39 mil e oitocentas pessoas, porque houve um bloqueio na transição de dezembro para janeiro da gestão anterior, um bloqueio de 8 mil e oitenta e oito beneficiários. E, quanto às irregularidades, número exato, nós não temos esse número, porque a cada momento novas irregularidades são detectadas. Portanto, realmente não temos um número exato para lhes informar, e, como disse anteriormente, a auditoria ainda permanece. Quanto a continuar realizando o pagamento de quem está legalizado durante a auditoria, Deputado, gostaria de ter esta mágica, de conseguir identificar num cadastro de 39 mil e oitocentas pessoas quantas ou quais, com uma equipe de cinco servidores, que foi o que encontrei na equipe do Crédito Social. É tudo que espero, tudo o que busco, mas a gente só consegue identificar isso através de um processo sério, que é o recadastramento, apenas com o recadastramento é que conseguiremos identificar as famílias que precisam continuar recebendo e as que não precisam mais receber este benefício do Estado. **Deputado Marcelo Cabral (Membro)** – Só para enriquecer, a equipe que vai para o interior, Secretária, passará quanto tempo em cada Município, porque as pessoas que recebem o crédito, um exemplo, no Amajari, tem várias comunidades indígenas, quando a equipe vai, vai para a sede normalmente, as pessoas serão avisadas, vão colocar transporte para levar as pessoas, esta é a preocupação do interior. Quem precisa, imagine Senhora, no Uiramutã, são mais de 100 comunidades indígenas, como é que vai ser feito? Vai ser recadastrado só quem for para a Sede, mas quem não for vai ser cortado automaticamente, ou não, ou poderá vir aqui para Boa Vista em outra oportunidade para se recadastrar. É importante saber, porque na maioria das vezes, as pessoas não sabem, não foram avisadas sobre o dia do recadastramento na Sede, ou até mesmo não possuem condições de ir naquele dia por falta de transporte, até mesmo motivo de doença. **Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES)** – Na verdade, nós passaremos o final de semana, assim como fizemos em Rorainópolis, será sábado e domingo, só na Sede; nós fizemos Martins Pereira também, na verdade já avisou, temos alguns pontos em que estão nos apoiando que são CRÁS, mas a logística nos impede de irmos até as localidades. Nós temos uma deficiência muito séria de logística, mas temos dois dias disponíveis para estas pessoas terem a oportunidade de se recadastrarem. Em Uiramutã serão dois dias também, assim como em Rorainópolis e Martins Pereira. Quem não for para a Capital, nem para o interior, a partir do dia 15 de março, na própria Sede da SETRABES, poderá procurar a Coordenação para fazer seu recadastramento e será avaliado. Caso você não conseguiu realizar o recadastramento nessas datas, neste período que estamos disponibilizando. **Deputado George Melo (Vice-Presidente)** – É impressionante a realidade do interior, é diferente da cidade. Secretária, não sei se me perdi, acho que a Senhora até já comentou, mas para deixar bem claro, este recadastramento é só para as pessoas que já recebem o crédito, ou novas pessoas também poderão se recadastrar. Neste novo formato, em relação ao número de 50 mil pessoas. Agora, quero até ajudar, como disse o Deputado Izaías Maia, não seria interessante, que esticássemos isso para uma lista reserva de 70, 80, 100 mil, porque, digamos que haja um super aquecimento na economia, certamente vocês irão identificar que os 70% do pessoal não necessitam mais receber, e que tem um monte de gente esperando, alguns destes que estavam na lista de reserva, provavelmente já conseguiram algum trabalho, mas acho que

já seria um filtro. Então, quero deixar, a título de sugestão por esta Comissão, que não se restringisse só aos 50, mas que avaliassem uma lista de reserva, para que vocês tenham mais comodidade e à medida que as coisas forem acontecendo, é porque entendemos que nos Municípios menores este benefício funciona como uma economia para o Município. Quero deixar, como sugestão, e ouvir se já haviam pensado nisso, é quanto a estes pontos que gostaria de tirar minhas dúvidas. Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – O recadastramento atual é especificamente para os beneficiários ativos, por exemplo, os que receberam até dezembro, estes estão ativos, fazem parte dos 39.800 beneficiários, certo? Os novos, é por isso que estamos fazendo tudo isso, para dar oportunidade aos que estão fora poderem entrar, claro que as demandas vão surgindo e aqui no nosso Estado a gente sabe onde está a vulnerabilidade; os bairros mais pobres, os municípios que precisam mais, que precisam ter mais atenção. A SETRABES é uma Secretaria que recebe o público o tempo inteiro, às vezes, eu recebo uma mãe com cinco filhos, vivendo em uma situação absolutamente difícil, e tem todo o perfil do crédito social. Então, estas pessoas, logicamente, não neste momento, porque nós temos um comprometimento com os recursos, mas assim que for possível nós abriremos sim mais cadastros para dar oportunidade a outras pessoas poderem usufruir do benefício do Crédito Social. Deputado George Melo (Vice-Presidente) – Secretária, só para me satisfazer, queria deixar registrado que têm bairros tidos como nobres, tem muitas pessoas em estado de extrema vulnerabilidade, que são os bairros: 31 de Março, Bairro dos Estados, São Pedro, Aparecida. Às vezes, a gente acha que só na periferia que existe o problema, mas ele ocorre ao lado das nossas casas também. Então, quero deixar este registro, para constar na Comissão também. Deputada Angela Águida Portella (Membro) – Secretária, gostaria de contextualizar um pouco sobre a questão do programa. Após este recadastramento haverão visitas sociais, até mesmo para constatar a veracidade desses dados que estão sendo fornecidos durante o recadastramento e, para que não aconteça uma segunda situação como a que vocês encontraram agora. Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Nós implementamos como um critério do recadastramento um formulário que tem várias perguntas detalhadas sobre o perfil da pessoa, para nos ajudar exatamente a traçar o perfil social. Estão nos passando muito mais informações da situação deles. Depois, estes formulários estarão sendo analisados pelas nossas Assistentes Sociais que com todo o conhecimento técnico que possuem, poderão identificar qual daquelas famílias precisa ser visitada e, assim, faremos as visitas, porque o Crédito Social não é apenas um recadastramento, ele tem que acontecer, pois é um programa que tem que acompanhar estas famílias durante todo o ano. Um dos critérios do Programa é o acompanhamento e também a capacitação dessas famílias, ou seja, acompanhar esta vulnerabilidade, para poder dizer se aquelas pessoas têm condições de fazer um curso, uma capacitação para conseguir um emprego. Então, isso será feito sim. Deputada Angela Águida Portella (Membro) – Quanto à questão das condicionalidades, como vocês estão traçando o perfil social destas pessoas? E, como a Senhora falou que o prazo de recebimento é de um ano, se ao final deste ano esta pessoa não estiver em condições, ela pode receber mais um ano? Ele é prorrogável? Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Sim. Se pelo recadastramento anual for detectado que ela continua em situação de vulnerabilidade, ela pode passar mais um ano recebendo sim no Programa, lembrando que atuais estão recebendo desde 2012. Deputada Angela Águida Portella (Membro) – Então, é meio eterno, enquanto ela não sai desta situação, ela continua fazendo jus a este benefício. Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Temos poucos casos de pessoas que têm consciência e que, quando conseguem um emprego, pedem o cancelamento do benefício. Temos alguns poucos casos assim. Deputada Angela Águida Portella (Membro) – Então, vocês detectaram isso quando assumiram. Nós presenciamos, em nossa primeira conversa na SETRABES, uma predisposição muito grande que o Programa realmente seja levado a sério. Vocês constataram, ao assumir, uma falta completa de estrutura e, portanto, estão pensando dentro deste valor que é estipulado ao Programa para estruturar com a mínima condição, para que tenha um acompanhamento no pós-cadastramento, digamos assim. Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Sim, estamos avaliando de que forma poderemos investir na logística do Programa, para que ele não chegue mais a este ponto que chegou. E, só conseguiremos acompanhando de perto estas famílias, mas isto demanda uma certa estrutura que ainda nós não temos. Deputada Angela Águida Portella (Membro) – Tenho ainda dois questionamentos. Primeiro, com relação às condicionalidades. Vocês vão ofertar cursos, vão ajudar estas pessoas para que elas encontrem novos caminhos, novos horizontes e deixem de

ser dependentes? Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Dentro dos critérios gerais do programa isto está previsto, mas nunca foi realizado. E nós pretendemos sim realizar. Deputada Angela Águida Portella (Membro) – Com relação à questão do interior, no outro dia que estivemos realizando a visita na SETRABES, nós conversamos um pouco e fiquei pensando se a necessidade maior é das pessoas do interior ou da cidade, mas não consegui chegar a uma conclusão. Às vezes pensamos que a vida no interior é mais fácil, mas nem sempre isso acontece. Pensamos que as pessoas do interior têm uma forma de plantar, sendo que as coisas não são sempre assim, pois até para isso, você demanda do mínimo. E aqui, na cidade, para você sair de casa, tem que ter o mínimo também. Então, eu me peguei refletindo sobre isso e daí o questionamento, porque 67% da nossa população está na capital e o restante no interior. Vocês estabeleceram um percentual que vai ser designado para cada Município, de acordo com a população? Como é que vocês estão definindo isto para dar uma cobertura a todos os Municípios? Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Após o período de recadastramento, nós teremos um mapa de distribuição destes benefícios. Também pretendemos ver até onde o Bolsa Família chega, afinal de contas, temos aqui no Estado 36% de beneficiários do Bolsa Família, que os Senhores bem conhecem. Então, vamos tentar fazer com que esta distribuição seja feita de uma forma realmente homogênea, para alcançar toda esta demanda, tanto do interior como da capital. Deputado Jânio Xingu (Relator) – Secretária, quero fazer uma última pergunta que estou colocando como tema no relatório que irei fazer. Existe alguma reserva especial para idosos, pessoas com crianças em situação de risco, deficientes físicos, ou seja, existe alguma reserva que contemple estas pessoas, em detrimento daquelas que não estão nesta situação? Quero propor, no meu relatório, um Projeto de Lei que contemple esta situação. Por exemplo, o Senhor José mora numa casa, tem dois filhos, trabalha como vigia e recebe o benefício do Crédito Social, e, do outro lado, a Dona Maria que tem dois filhos em situação de risco, não trabalha e não recebe o benefício do Crédito Social. Então, quero saber se neste sentido vocês vão criar algo que tenha uma reserva para contemplar estas pessoas que estou falando aqui: idosos, pessoas com crianças em situação de risco e deficientes físicos? Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Todo este público que o Deputado bem lembrou, é um público que faz parte da vulnerabilidade, já faz parte do Programa. O critério do Programa diz: família chefiada por mulheres, além da renda é claro; idosos e os deficientes físicos em vulnerabilidade social. Este público é o alvo do Programa, já consta nos critérios do Programa e, logicamente, procuramos realizar todo este recadastramento para, conforme este exemplo colocado pelo Senhor, tirar das mãos do José, para colocar nas mãos da Dona Maria, que é a que mais precisa. Na verdade, o Senhor José tem condições de prover a sua renda e temos outras situações mais sérias que precisam do apoio do Governo. Deputado Izaias Maia (Presidente) – Constatando não haver mais perguntas pela parte dos Senhores Deputados, pergunto à Senhora Secretária, Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos, se haveria algo a mais que gostaria de declarar. Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos (Secretária da SETRABES) – Quero agradecer e mais uma vez me colocar à disposição dos Senhores. O Crédito Social, sem dúvida alguma, é um desafio muito grande para esta nova Gestão e, estamos tomando todas as providências, fazendo tudo aquilo que é necessário para regularizar este Programa e, a partir de abril, escrever uma nova história. Deputado Izaias Maia (Presidente) – Gostaria, mais uma vez, de dizer a Senhora, Excelentíssima Secretária Emília Campos e seus assessores, que esta Comissão, pode ter a certeza, estará aqui sempre para ajudar, jamais para dificultar ou prejudicar o seu trabalho. Desde que o Programa seja levado em frente com transparência, serenidade e honestidade, pode contar com nosso apoio. Agradeço a presença da Excelentíssima Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos e, solicito aos Membros desta Comissão que permaneçam na reunião para nova oitiva. Muito obrigado a todos. Prosseguindo com a reunião. Para a segunda oitiva do dia foi Reconvoado o Senhor Fernando Henrique de Souza Ferreira, Auditor da Controladoria-Geral do Estado, para prestar esclarecimento sobre possíveis irregularidades detectadas no Programa Assistencial Crédito Social, bem como as frequentes transferências de Crédito a terceiros, sem avaliação prévia, motivo para declarações em matéria veiculada no Jornal Folha de Boa Vista, do dia onze de fevereiro do corrente. Todavia o Senhor Fernando Henrique de Souza Ferreira, Auditor da Controladoria-Geral do Estado, não compareceu e o mesmo não justificou sua ausência, ficando determinado pelos Deputados presentes que fossem tomadas as devidas providências legais para que o Auditor da Controladoria-Geral do Estado, Senhor Fernando Henrique de Souza Ferreira, seja reconvoado pela terceira vez, para comparecer no dia três de março do corrente, às

quinze horas, bem como deverá receber, através de ofício, informação sobre possíveis penalidades, caso não compareça. **Ordem do Dia:** Não Houve. **Encerramento:** O Senhor Presidente Izaías Maia agradeceu a presença de todos os Senhores Deputados e às dezesseis horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião e, para constar, eu, **Josiane Salete Daubermann**, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Izaías Maia
 Presidente da Comissão.

ATA DA SETIMA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 005/15, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15, com a finalidade de “acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde Estadual do Estado de Roraima”, Sob a presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, com a presença da Vice-Presidente, Deputada Angela Águida Portella; Relator, Deputado George Melo; e Izaías Maia e Zé Galeto, membros. **Abertura:** Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, solicitou à secretária desta Comissão proceder a leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado George Melo, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, a Senhora Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Atendendo à Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa o Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Coordenador Geral de Administração/SESAU, para prestar esclarecimentos sobre os contratos em andamento no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima - SESAU, solicito que ele seja conduzido, ao plenário desta Comissão. Bom-dia, pode tomar assento. Solicito que todos falem ao microfone tendo em vista que a ata desta reunião será transcrita na íntegra. Informo que, conforme Regimento Interno desta Casa, as informações prestadas a esta comissão por vossa senhoria são de sua inteira responsabilidade, qualquer informação falsa, ou sua recusa em prestá-la, vossa senhoria poderá ser penalizado com o disposto na lei. Antes de passar às perguntas, vou contextualizar o papel da Comissão. A Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15 pela Comissão de Representação, da Assembleia Legislativa do Nosso Estado, tem a finalidade de “acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde Estadual do Estado de Roraima”, Decretado pelo Executivo, através do Decreto n.18290/2015 e Decreto n.18292/2015, publicados, respectivamente, no DOE do dia 19 e 23 janeiro de 2015, com relação a duas pastas do Governo: Secretaria de Estado da Saúde-SESAU e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania-SEJUC. A presente Comissão Especial é composta pelos senhores Parlamentares Lenir Rodrigues, Presidente; Angela Águida Portella, Vice-Presidente; George Melo, Relator; Izaías Maia, Relator Adjunto; e Zé Galeto, Membro. Considerando que não houve nenhum trovão, enchente, seca ou nada que ensejasse a Decretação do Estado de Emergência no Estado, houve a designação desta Comissão Especial para acompanhar esses procedimentos, colher informações e observar a legalidade dos atos do Poder Executivo durante o Estado de Emergência, Decretada pela Senhora Governadora. Com a palavra o Senhor Relator Deputado George Melo – Bom dia, o senhor sabe me informar se há autos de Processo de Licitação para contratação de empresa de Limpeza e higienização do HMI? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Existe sim. O Senhor Relator Deputado George Melo – O senhor sabe me dizer se o processo é emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – O processo é emergencial. O Senhor Relator Deputado George Melo – Houve dispensa do procedimento normal e da contratação direta da situação emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Sim. Houve. O Senhor Relator Deputado George Melo – O senhor sabe me informar se há autos de processo de Licitação Pública para as unidades de saúde? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não entendi. O Senhor Relator Deputado George Melo – Você sabe me informar se há autos de Processo de Licitação Pública nas unidades de Saúde? A Senhora

Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Para outras áreas como medicamentos e alimentação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. Existe sim, para outras áreas referente a aquisição de medicamentos. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Fazendo um adendo às perguntas do Senhor Deputado George Melo, eu gostaria de saber se na abertura desse processo emergencial para limpeza e higienização do HMI, se houve primeiro a abertura de processo normal e depois de um emergencial ou foi aberto o emergencial direto? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Foi aberto o emergencial direto. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Vocês receberam alguma recomendação da Promotora de Saúde do Ministério Público Estadual, recomendando tal procedimento? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Desconheço. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Então, não contém uma recomendação do Ministério Público Estadual dentro dos autos desse processo emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu desconheço se existe. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – E dentro desses autos tem alguma justificativa do órgão e parecer da controladoria? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Teve sim. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra, a Senhora Vice-Presidente da Comissão Deputada Angela Águida Portella. Bom dia Senhora Presidente, bom-dia nobres pares, bom-dia senhor Barroso, agradecemos pela sua presença. Atualmente há medicamentos nas unidades de saúde? Especificamente os medicamentos considerados essenciais ou para procedimentos de urgência? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Essa área de medicamentos é de responsabilidade de outra Coordenadoria. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Qual Coordenadoria? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – É a CGAF. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Quem responde por ela? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – É a senhora Juliana. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – A compra de medicamentos é feita de forma independente? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. É feita pela Secretaria mas com a solicitação da coordenadora ao gestor. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Não passa pela sua administração? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Obrigada. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra o Senhor Relator Adjunto da Comissão, Deputado Izaías Maia – Bom dia a todos os parlamentares, bom-dia senhor Assunção Barroso. Seu Barroso qual o tempo médio de tramitação para um processo licitatório na SESAU? Qual o tempo médio que leva? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não só na SESAU, como em toda repartição pública a gente sabe que demanda no mínimo de três a quatro meses. O Senhor Deputado Izaías Maia – E o tempo médio necessário de um processo de caráter emergencial? Existe uma diferença? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Existe. Muito grande. O Senhor Deputado Izaías Maia – Qual o tempo do emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – É uma contratação direta, atendido os pré-requisitos do Estado de Emergência, você pode contratar essa empresa de forma direta. O Senhor Deputado Izaías Maia – O Senhor Relator Deputado George Melo – Senhor Assunção a respeito dessa empresa que está atuando, agora, na limpeza do HMI, você foi o responsável pela contratação da mesma? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. Nós abrimos o processo devido a emergência, porque a empresa que lá estava, exercendo os serviços, seus funcionários entraram em greve, abandonando o Hospital. O Senhor Relator Deputado George Melo – Vocês detectaram esses problema nos primeiros dias de trabalho, já conseguiram fazer um relatório a respeito e contratar essa empresa? Essa empresa apresentou todas as qualificações, experiência em trabalho de saúde, ela tem Know how, já trabalhou nessa área, domina essa capacitação? Porque sabemos que no passado morreram muitas crianças lá e estamos preocupados com isso. Você dá garantia de que essa empresa preenche todos esses requisitos? Vamos pedir informação dessa empresa para que ela demonstre que tem capacitação de exercer com segurança o trabalho. Você disse ao Senhor Deputado Izaías que foi feito um relatório e uma avaliação para contratar a empresa, então vocês foram buscar no mercado alguém que já tenha Know how, alguém que já trabalhou, que tem experiência e segurança nesse trabalho. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Essa garantia, quem tem que demonstrar é a própria empresa e isto esta comprovado nos autos. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O Senhor Deputado George Melo quer saber se esta empresa apresentou o Certificado de Capacidade Técnica? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Com certeza. Está nos autos. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Qual foi o lapso temporal entre a elaboração do Projeto básico? Quem assinou o projeto básico foi o senhor? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Foram três Coordenadores. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Entre o Projeto básico e a cotação de preço, qual foi o lapso temporal? Quanto tempo

demorou? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – A cotação de preço foi estimada dentro dos contratos vigentes, que estavam em vigência. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – A cotação do contrato anterior? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não só do contrato anterior com a própria empresa, mas de todos os contratos de higiene hospitalar que outras empresas demandam com a Secretaria de Saúde. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Entre o projeto básico vocês só juntaram nos autos, uma cotação que já existia? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Nós fizemos um levantamento do preço praticado no mercado, do que constavam nos autos anteriores da contratação, do processo licitatório e fizemos as correções devidas, já com os preços atualizados, devido o aumento do salário mínimo, do vale transporte e fizemos essa composição de custo para poder chegar no preço final. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor sabe nos informar o valor do contrato? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – É algo em torno de três milhões e poucos, anual. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Quem expediu a ordem de serviço para empresa de limpeza e higienização, adentrar no Hospital Materno Infantil? Quem assinou a ordem de serviço? Teve ordem de serviço? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Essa ordem de serviço foi demandada pelo próprio Secretário de Saúde devido o Estado Emergencial. O Senhor Relator Deputado George Melo – Você está dizendo para Senhora Presidente que houve um aumento do valor do serviço. A empresa tinha um contrato mensal e vocês fizeram uma avaliação e detectaram que precisava aumentar esse valor. Ora, se precisava aumentar esse valor provavelmente essa empresa poderia dar conta, não havia necessidade de contratar outra. Temos uma informação de que mesmo essa nova empresa dizendo que tem capacidade técnica, ela precisou contratar praticamente noventa por cento dos funcionários. Me causa estranheza porque se eles tivessem capacidade técnica não precisavam dos funcionários que ainda estão cadastrado na outra empresa. Gostaria de esclarecimentos a respeito do aumento de preços, no meu entendimento acabaria com descontentamento e sobre a contratação dos quase noventa por cento dos funcionários da empresa anterior. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Deputado, o aumento de preço que estou me referindo é o aumento natural da convenção trabalhista. Natural que tenha pelo reajuste do salário mínimo, do vale transporte que incide da composição de custo, posto de serviço contratado. Nós já adequamos isso, como teríamos que fazer se a empresa tivesse continuado com o serviço, fazendo a repactuação desses valores. Isto é normal na administração pública esse aumento do valor já está previsto, com o novo salário mínimo e os novos aumentos de custo que a empresa tem. Vale a pena ressaltar que os funcionários da empresa VALE abandonaram o serviço e todos sabem que esse abandono foi em relação ao não pagamento de meses que a empresa devia a seus funcionários. Todos nós sabemos que o Estado no exercício de 2014, deixou de honrar com as empresas prestadoras de serviços, por vários meses. Para o senhor ter uma ideia existem empresas que prestam serviços para SESAU e não recebem há dois anos. O Senhor Relator Deputado George Melo – Estranho essa situação, porque um funcionário quando não está satisfeito pede para sair. Ele não abandona, ele tem direitos trabalhista e de receber. Não vivemos mais na escravidão, vivemos em um país democrático. Se você tem um servidor que não está satisfeito, normalmente ele pede para sair e quando é o empresário que não está satisfeito informa que vai demitir e que vai pagar seus direitos. Querida deixar esse registro consignado. É muito estranho esse abandono de todos. É um negócio muito estranho. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu também queria deixar registrado que o órgão público não tem que intervir em momento algum na atitude de um funcionário ou da empresa. O que acontece é que eles insatisfeitos com seus salários atrasados, de vários meses, não só do HMI como, também do Interior que a empresa também demandava contrato, a empresa VALE tem vários contratos, não só de limpeza hospitalar mas tem outros contratos de recepção... e vários outros contratos. O que se fez foi única e exclusivamente a rescisão contratual com a empresa devido ao abandono e o risco eminente de ocorrer ali várias infecções hospitalares. Eu não sei se o senhor sabe que o HMI – Hospital Materno Infantil, demanda uma limpeza constante devido as contantes secreções, por isso não pode parar, são vinte e quatro horas de limpeza naquela Unidade hospitalar. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor sabe explicitar por quanto tempo os funcionários da VALE, abandonaram o serviço no HMI? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Essa insatisfação já vinha sendo documentada pela direção do HMI e foi agravando em um determinado período de janeiro, onde a empresa não conseguiu honrar seus compromissos com eles. Foram várias manifestações e culminando com o dia quatro de fevereiro com a paralisação. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Como o senhor explica ter dinheiro para pagar a nova empresa e não ter dinheiro para pagar os débitos anteriores da empresa que estava atuando? O Senhor

Assunção Barroso de Vasconcelos – Boa pergunta Deputada. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O Senhor como Coordenador-Geral de Administração? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Sabemos que o Estado está em crise e que os recursos que são repassados para Secretaria de Saúde é constitucional de doze por cento o que não atende sua demanda em um todo. Temos um déficit orçamentário muito grande, a senhora conhece melhor que eu, já foi Secretária de Educação e sabe que o rateio do orçamento é muito disputado até pelas unidades do poder público. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor poderia ser mais objetivo Senhor Assunção e explicar. Então a Administração contratou uma empresa que não vai receber? Queremos saber como tem dinheiro para pagar uma empresa nova e não honrar o pagamento da empresa anterior, porque o senhor nos disse que os funcionários estavam insatisfeitos porque a empresa não lhes pagou e não paga os funcionários porque o governo não pagou. O Estado é um só, muda de governo mas o recurso é constitucional. Como o senhor está dizendo, qual é a explicação lógica da Administração para esse fato? Tem dinheiro para pagar a nova empresa de contratação direta e não tem para uma empresa que está com o contrato vigente. Qual é a explicação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – A explicação é única vai se pagar o contrato que ora está fazendo, tem recurso para pagar, sim. Não tem recurso para pagar o montante de uma dívida que é de três ou quatro meses para trás, porque vai haver um impacto muito grande nas despesas do exercício. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra, a Senhora Vice-Presidente da Comissão Deputada Angela Águida Portella – Senhor Assunção, de que forma é aberto esse processo e quais os requisitos ou de que forma é feita a seleção das empresas? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Normalmente se tem ali várias empresas, apresentamos uma planilha de custo e sonda a capacidade da empresa de assumir, pelo seu balanço patrimonial, pelos pré-requisitos que a empresa tem que ter em termos de certificados, de prestação de serviço e dentro daquelas... você conversa previamente e vê se alguém quer assumir o serviço e se demanda... essa é uma escolha do próprio gestor. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – O Senhor me disse no primeiro momento que existem pré-requisitos, um deles é o Know how da empresa, capacidade técnica, a empresa ter condições de cumprir seus compromissos, mas ao mesmo tempo o senhor me diz que a escolha é de livre arbítrio do secretário? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Isso... A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Então nesse caso é levado em consideração a indicação do Secretário ou é levado em consideração os pré-requisitos da empresa? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Primeiro os pré-requisitos. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – De que forma é aberto esse processo? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Como já lhe disse, é um processo aberto, normal, emergencial. Você abre o processo e demanda toda a instrução processual. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Vocês já estão recebendo os produtos comprados através do processo emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Na realidade, seriam produtos de serviços, a empresa vai..., nós estamos montando o processo e, como foi uma questão emergencial, talvez daí a contratação das pessoas que já estavam lá no posto de serviço. A empresa se prontificou a pagar os salários daqui para frente com certeza, não os salários atrasados, porque não é responsabilidade da empresa que está assumindo. Essa questão trabalhista vai ser resolvida com a empresa que deixou o serviço. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Qual a empresa que fornece, atualmente, alimentação para as unidades de saúde? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Nós não temos uma empresa, é..., são várias empresas que detêm esse contrato de fornecimento de gêneros alimentícios para a saúde. Em relação à alimentação pronta, está sendo contratada uma outra empresa no lugar da Thayty. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – A Empresa Thayty continua fornecendo alimentação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. Ela já interrompeu seus serviços. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – E quem está fornecendo alimentação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Agora eu não tenho o nome completo da empresa. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Mas está sendo fornecida alimentação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Está sendo fornecida alimentação. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra o Relator Adjunto da Comissão, Deputado Izaías Maia - Barroso, essa empresa que está prestando serviço na Maternidade é daqui? Você tem conhecimento? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não tenho conhecimento se ela é daqui, não sei de onde ela é. O Senhor Deputado Izaías Maia – Nem tem conhecimento de quem são os proprietários? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. O Senhor Deputado Izaías Maia – No caso foi uma indicação direta do Secretário de Saúde doutor Kalil? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não, a empresa passou por uma avaliação dos requisitos...

O Senhor Deputado Izaias Maia – Quem fez essa avaliação Barroso? Houve Investigação se a empresa tem capacidade, se está tudo certo com a empresa, se é legalizada? Quem fez essa avaliação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Foi uma Comissão que foi montada para isso. O Senhor Deputado Izaias Maia – Muito bem. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Senhor Barroso, nós já ouvimos outras pessoas inclusive a Diretora da Maternidade explicitou aqui, na Comissão, que não recebeu nenhum documento, nem ordem de serviço para a empresa adentrar na maternidade. Quem deveria assinar a ordem de serviço para a nova empresa adentrar na Maternidade? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu creio que o gestor. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Qual gestor? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – O gestor da Saúde. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor Secretário? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Sim, se ele está contratando e está de forma emergencial..., acho que isso vai ser comprovado nos autos. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor viu esse documento, essa ordem de serviço? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O que o senhor considera, tendo em vista que falou várias vezes estado emergencial, necessário para abrir um processo de natureza emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – A necessidade de contratar serviço do qual poderia acarretar prejuízos à população. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Juridicamente o senhor sabe a diferença entre um Estado de Emergência e Estado Especial de Emergência? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Sei sim senhora. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Qual é? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – O Estado Especial de Emergência é para determinado serviço, determinada falta da prestação desse serviço. O estado de calamidade, vamos dizer assim, é outro assunto que pode ser demandado por intempéries, temporal ou uma catástrofe, e por aí afora. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor sabe se houve uma notificação para empresa VALE, retirar seus materiais e retirar seus funcionários? Se houver uma notificação por escrito? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não sei não senhora. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor não viu essa notificação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não vi, não tenho conhecimento dela. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Qual o setor que manuseia os autos do Processo Emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Esse é um setor que foi criado agora, com departamento jurídico. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Não é sua Coordenadoria que está se responsabilizando pelos autos do Processo Emergencial? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Faço parte dela, mas quem demanda é o setor jurídico. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra o Senhor, Relator Deputado George Melo – Vocês pagaram o mês de janeiro para a empresa que trabalhava anteriormente no HMI? Ela recebeu o dinheiro e não pagou os funcionários? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu não tenho conhecimento desse assunto, porque ele é um assunto de outra Coordenadoria. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Eu imagino que o descontentamento dos funcionários seria se a Secretaria de Saúde pagasse e o empresário não pagasse os funcionários. O senhor não tem como me responder essa pergunta? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não tenho, porque a outra Coordenadoria é de planejamento, orçamento. O Senhor Relator Deputado George Melo – O senhor me disse que o Secretário montou essa Comissão agora. Então como ele já vem fazendo esses procedimentos, de compra direta, há mais de vinte dias? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Deputado, essa Comissão não foi montada agora, ela foi montada no começo de janeiro. O Senhor Relator, Deputado George Melo – É bom que isso seja esclarecido, para que fique consignado no relatório. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Isso. Quando nós assumimos, fizemos um mutirão para fazer um levantamento da dívida que a SESAU teria e os serviços e os pagamentos das empresas que estavam em atraso. Isso demanda algum tempo e nos ainda estamos trabalhando nisso. Cada Coordenador está fazendo esse levantamento para chegarmos no valor correto e preciso. Para o senhor ter uma ideia, no ano de 2014 não foram pagos serviços básicos como água, energia, nem sequer foram empenhados. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Senhor Assunção, eu percebi que conhece muito a Administração Pública Ora, Deputada Lenir, gostaria muito que fosse avaliada essa questão, porque na Administração Pública a coisa não é pessoal, quando se encerra o ano, se coloca em restos a pagar, o que não pode ser pago vai para precatório e se começa a gestão, mas parece que para todas as perguntas que fizemos, a resposta foi que não se pagou janeiro, porque está devendo lá atrás, mas isso não é justificativa para não pagar. Aqui ou em qualquer outro órgão público se põe em restos a pagar. Se sobra, vai pagando, se não vai para precatório. A água é do Estado, mas

serviços continuados têm que ser pagos, eles estão recebendo para isso, a Saúde recebe dinheiro do SUS. Gostaria que essa justificativa fosse mais clara, caso contrário, vamos chegar em dezembro falando da administração passada. Eu sei que o senhor conhece muito bem isso. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Com certeza, Deputado, se chega no final do exercício, faz o levantamento para escrever em restos a pagar, restos a pagar processados, ou seja, aquilo que foi devidamente liquidado, atestado. Se escreve em restos a pagar, aquilo que não foi atestado vai ficar para o reconhecimento de dívida. O senhor bem sabe, Deputado, que infelizmente o Orçamento do Estado tem várias falhas, foi assim no passado e está sendo assim nesta gestão. O senhor sabe que para se fazer um orçamento perfeito, pelo menos aceitável, tem que se demandar todas as despesas ali, mas, infelizmente, o Orçamento é feito assim: Se tem X, tem que se virar com isso. Há várias falhas, se deixa de colocar recursos onde realmente é necessário e sai cortando, porque se prioriza. Foi dito isso na elaboração do PAT, que todos os órgãos tinham que priorizar o pessoal e as despesas correntes. Então, deixa de se fazer uma série de investimentos e quando chega ao final do exercício, tem lá um reconhecimento de dívida imenso e tem que tirar do seu próprio orçamento, tem que remanejar dentro de suas ações para poder fazer falta aquela despesa de dívida. Os senhores bem sabem que existem vários reconhecimentos de dívidas de exercícios anteriores que o Estado não tem como pagar, não é só uma questão orçamentária, é financeira, porque de maneira geral, o Estado está recebendo menos recursos. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor citou uma Comissão, da qual participa, de onde surgem os processos emergenciais com caráter de compra direta: Gostaria de saber se esta Comissão é o Grupo de trabalho Multissetorial que consta no Decreto ou é outra Comissão? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Também..., é..., ela consta no Decreto. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor está participando do Grupo Multissetorial que consta no Decreto? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Com certeza. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O seu nome foi para o gabinete Civil para constar naquele grupo? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Foi. Na realidade, o nome não foi mas no Decreto diz que o Coordenador Administrativo vai participar, e logicamente sou eu. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Essas reuniões que antecederam a elaboração dos processos emergenciais foram discutidas no Grupo de Trabalho Multissetorial – GTM, do Decreto? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não, ela foi discutida, essa contratação que vale ressaltar, foi somente uma, porque no resto foram detectadas falhas na prestação de serviços, e estão nos autos, várias demandas do gestor e do fiscal com as empresas, nas quais, as empresas não supriram essas falhas. No processo, na prestação de serviços, foram chamadas uma a uma dessas empresas e muitas aceitaram a rescisão do contrato de forma pacífica. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O senhor já participou de alguma reunião do GTM? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Já participamos e estamos fazendo os levantamentos necessários para nos reunirmos mais para frente, porque é muito complexo, é muita coisa, são muitas demandas. A senhora sabe que houve, nesse primeiro momento, a posse dos novos gestores e de toda sua equipe de trabalho, onde demandamos o conhecimento dos processos em si, uma análise mais aprofundada. Então, isso não é da noite para o dia, demanda tempo. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – De quantas reuniões o senhor já participou do GTM da Saúde? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – De duas. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Qual sua experiência nesta área? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Sou técnico em contabilidade, sou Bacharel em Direito. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Mas, o senhor já trabalhou nesta área específica? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu trabalhei na Polícia Civil, eu fui, por muito tempo, do Orçamento e Finanças da Polícia Civil. Tenho vários cursos de licitação e contrato, conheço um pouquinho desta área. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra, a Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Angela Águda Portella. A Senhora Deputada Angela Águda Portella – Quando foi detectada a necessidade de fazer esse processo emergencial? Como foi feita a publicidade para que as empresas pudessem se credenciar e participar dessa venda direta? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Nós fomos atrás das empresas que prestavam serviços. A Senhora Deputada Angela Águda Portella – Então, vocês escolheram as empresas? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – A princípio as empresas que já prestavam no mercado o tipo de serviços. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Mas sem publicidade? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não foi publicado, porque, veja só, a situação era extremamente grave, se tinha ali um abandono da prestação de serviço, tinha que se fazer bem.... O Senhor Relator, Deputado George Melo – Tendo em vista sua atuação na área de Saúde, após o abandono da Thyty, de

forma amigável, segundo o Diário Oficial, queremos saber qual empresa está prestando serviço? Gostaríamos que o senhor se comprometesse verbalmente, para que fique consignado, em informar oficialmente a esta Comissão o nome da Empresa que está prestando esse serviço. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – OK! De certa forma, senhor Deputado, os senhores vão ter acesso aos autos. Depois de formalizado e instruído, com certeza o Secretário irá encaminhar. Se a Comissão solicitar com urgência, será encaminhado os autos. O Senhor Relator Deputado George Melo – Quero o seu compromisso de que vai encaminhar oficialmente a esta Comissão o nome da Empresa. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Com certeza. O Senhor Deputado Izaías Maia – O senhor falou uma coisa anteriormente e agora falou outra. O senhor faz parte de uma Comissão que procura investigar, saber quem é a empresa ou quem deixa de ser e ao mesmo tempo, falou que não tem conhecimento sobre essa empresa, se é local, de onde é, a quem pertence. Como fica seu pensamento? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Senhor Deputado, sobre essa questão investigativa de quem é o dono da empresa, de onde ela é..., isso realmente a gente não fez, o que fizemos foi solicitar a capacidade técnica de todas as empresas que colocamos, para saber se elas poderiam executar os serviços. O Senhor Relator, Deputado George Melo – A pergunta do Deputado Izaías Maia é coerente, porque se vocês não deram publicidade, para saber se está empresa tem capacidade técnica, se é preparada se tem Know how, vocês têm que fazer uma investigação. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Ou foi uma escolha do gestor? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Como eu lhe disse, na realidade pedimos que a empresa mostrasse a capacidade técnica, todas as empresas que estavam ali... A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – E no atestado de capacidade técnica afirma que ela já havia trabalhado em hospitais? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Ela já fez alguns serviços desta natureza, onde, eu não me recordo, mas ela comprova capacidade técnica. O Senhor Deputado Izaías Maia – Várias empresas estão fornecendo alimentação para os setores que precisam na área de Saúde. Dentre essas empresas, o senhor sabe me informar se a Trigo's e a Pratho's estão fornecendo? Pergunto-lhe pelo motivo de que os alimentos desses restaurantes não são baratos para um governo que está numa situação difícil como o senhor falou. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu não tenho conhecimento das empresas que fornecem. Quando eu falei que várias empresas fornecem alimentação, é um tipo de alimentação perecível, hortifrutigranjeiro, existem alguns contratos que nós continuamos e essa alimentação vai praticamente para o interior do Estado. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Sobre essa alimentação pronta que queremos saber? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Sobre essa alimentação pronta, o que sei é que era feita pela Thyty e essa empresa também estava com dificuldades financeiras por não haver recebido alguns meses do exercício anterior, por isso a empresa já estava querendo abandonar o contrato. O Senhor Deputado Izaías Maia – E as empresas que fornecem atualmente o senhor não tem conhecimento dos nomes? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não tenho conhecimento dos nomes. O Senhor Deputado Izaías Maia – O senhor não acha estranho, como participante dessas Comissões, não ter conhecimento de muitas coisas? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Porque é assim, temos várias atividades na Saúde, o nome da empresa e quem são os proprietários não conseguimos fixar e responder, mas posso informar isso com toda certeza. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – O senhor é um dos servidores que vai assinar Contratos? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Quem vai assinar os contratos? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – O Secretário. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Os autos dos processos passam pela sua Coordenadoria? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Isso, a Coordenadoria solicitante, no caso da alimentação foi a CGUI, a Coordenadora Doutora Elenira esteve aqui, fez a solicitação conforme sua demanda e a Coordenadoria Administrativa abriu o processo e encaminhou os autos para coordenadoria, para que o resto seja instruído. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Qual a Coordenadoria que instrui os processos? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – A Coordenadoria solicitante. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – No caso de Alimentação? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – É a CGUI. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – E de higienização e limpeza, também? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Também, porque é hospitalar. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Ela disse que a responsabilidade era toda sua. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Vejam só, na Administração anterior essa responsabilidade era do CGUI, ou seja, no Plano de Trabalho esse recurso

está na CGUI, ele foi destinado para a CGUI, esse recurso é da CGUI, quem tem que demandar é a CGUI. Agora, o gestor e fiscal do contrato pode ser determinado pelo próprio ordenador, então de responsabilidade, agora da CGA. Vejam só, no caso da contratação de terceirizadas, na gestão passada se entendia que por se tratar de contratação de pessoas era de responsabilidade da Coordenadoria Geral de Trabalho Educação e Saúde – CGTES, isso por se tratar de pessoas, mas, na realidade, ela é de responsabilidade da CGA, porque é um contrato como outro qualquer, o vínculo é subsidiado, não houve pagamento. O governo, no futuro, vai ser corresponsável, mas quem geria esses contratos de terceirizadas era a CGTES, que engloba o setor de pessoal. Vou encaminhar para senhora a Estrutura Organizacional da Secretaria de Saúde, mas acho que a senhora já deve ter. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – A doutora Elenira nos explicou esse fluxograma e suas declarações não estão em conformidade com as dela. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Eu estou lhe dizendo o que ocorreu... A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Ela também disse o que ocorreu e o que está ocorrendo, só que ela disse uma coisa e o senhor disse outra. Ela disse que lá na Urgência e Emergência, que é a Coordenadoria dela, só apresentava a demanda e quem se responsabilizava por abrir os autos do processo e fazer a contratação direta e todos os procedimentos dessa contratação direta era a Coordenadoria Geral de Administração, que é de sua responsabilidade. O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Como estou lhe dizendo, até na gestão passada isso ficava na responsabilidade..., e isso vai ser comprovado nos autos. Em toda contratação que teve esses serviços terceirizados, a partir desse momento, conforme a demanda da solicitação dos processos, o gestor vai ser a CGA e a fiscalização do Processo também vai acontecer pela CGA, porém o recurso, como estou lhe dizendo, foi provisionado, o orçamento está na Coordenadoria da Doutora Elenira. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Então, não interessa qual é o bloco de financiamento, quem vai gerir é a Coordenadoria Geral de Administração? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Isso, daqui para frente sim. O Senhor Relator, Deputado George Melo – O senhor sabe me dizer se as empresas Prato's ou Trigo's entregam alimentos na Saúde? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – O Senhor Deputado Izaías já me fez essa pergunta e eu desconheço, acredito que não seja nenhuma delas. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Pergunto ao senhor Assunção se existe algo mais que queira declarar? O Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos – Não, senhora deputada. Espero que eu tenha sido útil aos senhores. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Agradeço sua presença, o senhor está dispensado. Solicito aos membros desta Comissão que permaneçam para nova oitiva. A senhora Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues – Às dez horas e vinte e cinco minutos, constatamos o recebimento dos ofícios: Ofício SEJUC/GAB/ OFÍCIO Nº. 048/2015, em atenção ao ofício nº 021/2015 desta Comissão, solicitando que todo pedido de informação formais ou informais ou presenciais, relacionadas à SEJUC, sejam direcionados ao Titular da Pasta ou ao Gabinete de Monitoramento da Situação Especial de Emergência – GMSEE, justificando o não comparecimento da Diretora do DEPLAF/SESAU, Edilaci Wanderley Ribas Reis e Ofício de nº 001/2015, informando e justificando o não comparecimento do Senhor Bruno Rodrigues Barros, representante Legal da Empresa Trigo's. **ENCERRAMENTO:** Às dez horas e trinta minutos, a Senhora Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATAS SOLENE

ATA DA SESSÃO SOLENE, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015.
49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 25ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
7ª LEGISLATURA.

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER
PADILHA.

Às nove horas do dia dezanove de fevereiro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se início à Sessão Solene de instalação do Quadragésimo Nono Período Legislativo da Vigésima Quinta Sessão Legislativa da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Mestre de Cerimônia (**Renato**) - Senhoras e Senhores, bom-dia. Damos início à Sessão Solene de instalação do Quadragésimo Nono Período Legislativo da Vigésima Quinta Sessão

Legislativa da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Para presidir esta Sessão convidamos o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado **Jalser Renier**.

Com a palavra Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado **Jalser Renier**.

Para compor a Mesa dos trabalhos, convido a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, Maria Suely Silva Campos; Convido o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Roraima, Paulo Cesar Justo Quartieiro; Convido o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Desembargador Almiro José Melo Padilha; Convido o Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito da capital, Marcelo Hipólito Moreira Neto, neste ato representando a Excelentíssima Senhora Prefeita de Boa Vista Maria Teresa Surita; Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Remídio Monai para compor a Mesa dos trabalhos; Convido o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Vereador Edilberto Veras; Convido o Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado Maior da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, Coronel João Roberto de Andrade de Jesus Ferreira, neste ato representando o General de Brigada Carlos Alberto Mansur; Convido o Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima Desembargador Mauro José do Nascimento Campelo; Convido o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, Conselheiro Henrique Manoel Fernandes Machado; Convido o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Roraima, Dr. Rodolfo Cesar Maia de Moraes; Convido o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Geral, Dr. Stélio Denner de Souza Cruz; Convido o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça do Estado, Dr. Luiz Antônio Araújo de Souza.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo do Estado de Roraima, declaro aberta a presente Sessão Solene de instalação da 25ª Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, conforme preceitua o parágrafo segundo do artigo 30 da Constituição do Estado de Roraima e o inciso quinto do artigo 117 do Regimento Interno deste Poder.

Convido as autoridades, os Deputados e todos os presentes para de pé ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

O Senhor Mestre de Cerimônia (**Renato**) – Anunciamos agora a palavra do excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado **Jalser Renier**.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) –Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, Maria Suely Silva Campos, a quem dou as boas vindas a esta Casa e em seu nome e em nome do seu esposo Neudo Ribeiro Campos, cumprimento todas as pessoas que estão neste plenário e toda a sua equipe técnica presente neste momento. Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Roraima; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a quem agradeço a deferência feita por mim em sua posse, Desembargador Almiro José de Melo Padilha, Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito de Boa Vista, meu amigo Marcelo Hipólito Moreira Neto, neste ato representando a Prefeita Maria Teresa Surita; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Remídio Monai Montessi, que de propósito faz parte desta Mesa por já ter sido um grande parceiro deste parlamento; cumprimento também o Deputado Abel Galinha, que se encontra nas galerias deste Poder, a Deputada Federal Maria Helena Veronesse, o Deputado Federal Carlos Andrade; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Vereador Edilberto Veras, Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado Maior da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, Coronel João Roberto de Andrade de Jesus Ferreira, neste ato representando o General de Brigada Carlos Alberto Mansur; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, a quem agradeço a histórica solenidade feita por aquela instituição na cerimônia de diplomação dos Senhores Deputados, neste ato agradeço a maneira com que o senhor valorizou as instituições públicas deste Estado, Desembargador Mauro José do Nascimento Campelo. Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, meu amigo de parlamento Conselheiro Henrique Manoel Fernandes Machado, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Conselheiros e uma saudação especial ao Conselheiro Manoel Dantas, que se encontra aqui. Excelentíssimo Senhor Vice Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Roraima, Dr. Rodolfo Cesar Maia de Moraes. Convido o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Geral, Dr. Stélio Denner de Souza Cruz. Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça do Estado, meu amigo, Dr. Luiz Antônio Araújo de Souza. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre, Vereador Genilson Costa e em nome dele saúdo todos os vereadores

do interior do Estado que aqui se encontram. Quero cumprimentar, em especial, minha família, minha mãe Itelvina, que se encontra aqui, minha esposa Cíntia Lara, que me faz ser o que sou, junto com minha mãe, é claro.

Minhas senhoras e meus senhores, quero saudar meus colegas deputados e mais uma vez agradecer a confiança dos senhores a mim depositada, para que possamos estar nesta Casa durante quatro anos. Quero agradecer imensamente a cada um dos senhores o voto a mim depositado e farei de tudo para que não os decepcione e não decepcione o povo do meu Estado. Quero cumprimentar a todas as autoridades presentes, meus amigos da imprensa, servidores da Casa, convidados e visitantes aqui presentes.

Esse é um momento particularmente especial para mim, como filho desta terra. Estamos abrindo o ano legislativo e os trabalhos desta sétima legislatura da Assembleia Legislativa de Roraima e, como político, tenho a expectativa de que em 2015 e nos anos seguintes realizaremos um trabalho em que permaneça existindo a sinergia que já conseguimos estabelecer com diferentes instâncias do Poder Público e, principalmente, com a população. Em minha opinião, essa integração nos fortalece, garante poderemos convergir metas, das mais simples às mais complexas, em propostas que resultarão em melhor qualidade de vida para a sociedade roraimense, para o fortalecimento do Poder Legislativo e para o desenvolvimento do nosso Roraima. A integração entre os diferentes Poderes e a população também garante que o nosso Estado seja conduzido priorizando a justiça social e a igualdade de oportunidades de seus habitantes.

Por isso, convido, mais uma vez, meus colegas parlamentares, meus amigos, que estarão comigo durante quatro anos nesta Casa, que são, sem dúvida alguma, a razão de estarmos aqui, para que nós juntos possamos fazer um Roraima melhor, participando das discussões e aprovação dos projetos que visem a valorização do nosso povo. E, para que estas palavras sejam concretizadas, convido os nobres colegas aqui, neste momento, para firmarmos um pacto de luta pelo bem comum do Estado de Roraima, até por que se trata da nossa obrigação.

Final, como dizia o saudoso Eduardo Campos, governador de Pernambuco, falecido recentemente, “nenhuma obra é fruto do esforço ou do trabalho de um homem só”, e eu, Jalser Renier Padilha, acredito nessa máxima e sei que minha caminhada política será sempre marcada pela colaboração de muitas pessoas, parceiros de partido, assessores, eleitores, amigos, familiares e pelos colegas deputados e, principalmente, pelos servidores desta Casa. Também entendo que a política deve ser um instrumento de transformação e avanço. Por isso, relacionando essas duas máximas, proponho que a prioridade na agenda de votações desta Casa seja o desenvolvimento de Roraima.

O Poder Legislativo iniciou seus trabalhos em janeiro com a criação de comissões externas em que os deputados puderam desempenhar uma de suas atribuições: fiscalizar as ações desenvolvidas pelo Estado.

Essas comissões não traduzem um relacionamento ruim entre os Poderes. Ao contrário, demonstram que são independentes entre si, conforme reza a Constituição Estadual, mas também, que existe entre eles uma coordenação que os harmoniza debaixo de uma vontade política central. Então, estamos apenas fazendo nosso “dever de casa”, cumprindo com o compromisso assumido com o povo e com o que diz nossa Constituição.

Os trabalhos desenvolvidos por essas comissões e por outras que irão se formar, a partir da semana que vem, são interferências previstas e necessárias ao estabelecimento de um equilíbrio entre os Poderes. Estamos contribuindo com o Executivo. E fazemos isso com disciplina, austeridade, mas, sobretudo, com a responsabilidade justa e necessária para um Roraima democrático.

Nossa conduta continuará sendo pautada na busca pelo bem estar coletivo. E, para isso acontecer, o Poder Legislativo não precisa ter uma parceria estreita, de cumplicidade com o Executivo. A harmonia no exercício desses Poderes se dará pelo respeito mútuo às prerrogativas atribuídas a cada um deles, com colaboração e controle recíprocos, no sentido de construir os objetivos da República e garantir, como já disse e enfatizo, o desenvolvimento de nosso Roraima.

Desejamos que neste governo os compromissos firmados no decorrer da campanha eleitoral se tornem realidade. Como filho de Roraima, por que aqui ninguém é mais roraimense do que eu, desejo que sejam realizados investimentos significativos em Educação, Saúde e Segurança pública, criando e democratizando as oportunidades, e, dessa forma, consigamos, também, diminuir a distância entre o Governo e a população. Como político, é parte do nosso projeto ver as políticas públicas implementadas durante essa nova gestão transformarem-se em resultados concretos para nosso povo, de modo que cada roraimense ou

roraimado seja capaz de se emancipar, tornando-se protagonista da sua própria história e que, assim, Roraima se torne cada vez mais o Estado com o qual todos nós sonhamos.

Digo isso porque Roraima e seu povo estão acima de questões político-partidárias. Somos um só povo. Disse em meu discurso de posse e repito: não sou o presidente do Governo e tampouco da oposição; sou presidente do Poder Legislativo, representante dos meus colegas e sei que todos estamos imbuídos do desejo de estabelecer uma agenda comum, voltada à construção de um futuro digno para nossa população. Estamos aqui esperando por propostas para o crescimento sustentável, igualitário e justo ao nosso Roraima.

Quero destacar a presença da ex-Deputada Estadual Malu Campos, presente em nosso Plenário, o ex-deputado estadual Flamarion Portela, ex-Deputado estadual Chicão da Silveira, ex-Deputado Estadual Ramiro Teixeira, que nos dão a honra e o privilégio de estarmos aqui. Agradeço e desejo, mais uma vez, à nossa governadora sucesso na sua gestão e que a senhora consiga fazer. Que todos os governos não conseguiram fazer, que seu governo consiga ser um governo de destaque perante a sociedade e o que desejamos do fundo do nosso coração. Independente de qualquer posição ideologicamente apresentada por qualquer segmento, por qualquer instituição ou por qualquer Poder, o povo do estado de Roraima está sempre à frente das nossas condições, ideologias e posturas políticas. Agradeço imensamente a oportunidade e o espaço que me foi dado e aproveite para cumprimentar a imprensa escrita, falada e televisada neste ato. Muito obrigado aos meus colegas e vamos ao trabalho.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**)– Neste momento, convido a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, Maria Suely Silva Campos, para fazer à leitura da Mensagem Anual e Plano de Governo do Poder Executivo para o ano de 2015, nos termos do inciso 14 do artigo 62 da Constituição Estadual.

A Senhora Governadora do Estado de Roraima (**Maria Suely Silva Campos**) - Bom dia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, senhoras deputadas e senhores deputados, servidores públicos de todos os Poderes do Estado, povo de Roraima.

Tenho a alegria de estar aqui para trazer a nossa primeira mensagem governamental para abertura do ano legislativo desta Casa. A minha presença aqui demonstra a disposição do Governo em atuar em parceria com todas as instituições para reerguer o nosso Estado.

Estamos começando o mandato que nos foi confiado pela população de Roraima com a certeza de que trabalharemos incansavelmente para realizar um bom governo. Vamos fazer uma revolução em todas as áreas para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Os desafios são grandes e estão por toda parte. Assumimos um governo em situação de caos na saúde, no sistema prisional, na SETRABES e na educação, com dívidas deixadas pelo governo anterior de aproximadamente R\$ 2 bilhões, que tiram todos os meses da receita do Estado cerca de R\$ 17 milhões, que poderiam ser investidos em prestação de serviços públicos.

Em respeito aos servidores, nós pagamos, em apenas 1 mês e 11 dias, duas folhas salariais, a de janeiro de 2015, que era de nossa responsabilidade, e a de dezembro de 2014, que foi deixada pelo governo anterior, violando a lei de responsabilidade fiscal e que comprometeu a capacidade financeira do Estado para este ano.

Nos primeiros 50 dias, adotamos ações para cumprir as prioridades na saúde, na educação, na ação social e no sistema prisional, declaradas aqui nesta casa no dia da nossa posse. Os avanços já começam a ser percebidos, como veremos no detalhamento de cada setor ao longo deste resumo do plano de ação do nosso governo.

Neste período, também demonstramos o respeito aos demais poderes. Em janeiro, apesar da dívida deixada pelo governo anterior e de termos encontrado apenas R\$ 91 mil na conta única do Estado, repassamos o duodécimo integral, algo que não era feito desde junho de 2014. Este mês faremos o repasse integral amanhã, dia 20 de fevereiro.

Temos um longo caminho pela frente. Precisamos reorganizar o Estado e colocar em prática todo o planejamento traçado para o período de 2015 a 2018. É fundamental que o Legislativo seja parceiro do Executivo, mantendo uma relação harmônica e independente, focada em bem servir aos interesses institucionais do Estado e da população.

Em 2014, conforme estimativa do IBGE, já somávamos 496.936 habitantes. É para essas pessoas que devemos exercer nosso mandato. Queremos, de mãos dadas com os demais poderes, com a sociedade civil organizada, com os servidores públicos e com o povo de Roraima, reerguer o nosso Estado, tornando-o uma referência para o

Brasil.

Um dos nossos desafios é aprovarmos o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Estamos revisando o projeto para adequá-lo às normativas do Ministério do Meio Ambiente e esperamos enviá-lo o quanto antes para apreciação de Vossas Excelências. Também analisaremos este ano o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2016 a 2019. São dois instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento de Roraima.

Temos que implementar, num curto espaço de tempo, políticas públicas que gerem emprego e renda. Desde 2011, segundo dados do Ministério do Trabalho, verifica-se queda na geração de emprego no Estado. Vamos reverter este cenário com ações de qualificação dos trabalhadores, com incentivo à indústria, à agroindústria e à agricultura familiar. Já estamos realizando melhorias no Distrito Industrial para adequar uma infraestrutura e permitir a instalação de novas empresas.

As críticas construtivas serão bem aceitas no nosso governo. A fiscalização é necessária para corrigirmos eventuais equívocos. Se o Legislativo tivesse agido, como já deu sinais que vai fazer na nossa gestão, não teríamos recebido um governo caótico em todos os níveis.

Assim, senhoras Deputadas e senhores Deputados, damos hoje mais um passo no caminho para tornarmos Roraima um Estado próspero e com justiça social. Desejamos que esta Casa tenha alto desempenho em 2015 e que possa estar ao lado do Executivo na construção de dias melhores para a população.

A seguir, vamos fazer um resumo das principais ações do nosso governo para este ano, dando início a uma nova era para Roraima.

Educação de qualidade: oferecer educação de qualidade para todos é premissa do nosso governo. Começamos a recuperar as escolas que o governo anterior deixou em situação precária e vamos implantar um novo modelo pedagógico que terá o incremento da tecnologia ao processo de ensino.

Realizamos, entre os dias 9 e 11 de fevereiro, a primeira edição da cidade pedagógica, que reuniu 2 mil professores e gestores de escolas, com o objetivo de envolvê-los na promoção de políticas educacionais.

Temos que assegurar educação de qualidade para melhorarmos o índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB. No último levantamento, em 2013, Roraima obteve 3,7 pontos no Ensino Fundamental quando a meta estabelecida pelo Ministério da Educação era de 4,1. O Ensino Médio também não atingiu a meta prevista de 3,8. Alcançou apenas 3,6.

Os nossos 74.431 alunos da rede estadual de ensino, distribuídos em 382 escolas, representam uma parcela significativa dos cidadãos que darão os rumos do desenvolvimento a Roraima e terão atenção e formação adequada no nosso governo. Reitero aqui que, ao longo do nosso governo, implantaremos a escola de tempo integral.

Avanços na saúde: A população de Roraima merece e terá um serviço de saúde público melhor e mais humanizado do que era oferecido. Diante da situação deixada pelo governo anterior, com falta de medicamentos e condições precárias na estrutura física dos hospitais, foi decretado estado de emergência para acelerar as ações de governo para garantir o bom funcionamento das 5 unidades de saúde na capital e das 14 no interior.

Em menos de 50 dias, o nosso governo já implementou melhorias efetivas. Foram retomadas as cirurgias no Hospital Regional Sul Ottomar de Souza Pinto, em Rorainópolis. De 11 a 31 de janeiro, foram realizadas 65 cirurgias.

Também foram feitos, neste período, 2.262 atendimentos clínicos especializados e emergenciais. Agora em fevereiro começaram as consultas oftalmológicas, com meta de 400 por mês.

O atendimento no Hospital Geral de Roraima foi reforçado e as cirurgias eletivas voltaram a acontecer. Estamos com seis centros cirúrgicos funcionando, sendo que um deles é exclusivo para emergências. Diariamente são realizadas 25 cirurgias eletivas e os procedimentos emergenciais já somam 160 desde o início do nosso governo.

A prioridade é a ortopedia. Recebemos o governo com 120 pacientes na fila para cirurgias ortopédicas. Conseguimos reduzir esse número para 60. Também reduzimos o tempo de internação. Antes, os pacientes ficavam quarenta dias internados à espera do procedimento. Agora são 15 dias.

As obras do HGR foram retomadas e a ampliação será concluída ainda este ano. Serão mais 120 leitos de internação e 40 de UTI, aumentando a capacidade para bem servir à população.

Tivemos que enfrentar duas situações de doenças contagiosas, o sarampo e a febre chikungunya, com determinação e rapidez, seguindo os protocolos do Ministério da Saúde. No próximo sábado, dia 21, faremos o dia D de vacinação contra o sarampo em todos os municípios. Por isso,

o combate às endemias teve reforço com a entrega de três pick-ups com equipamento de fumacê. Esses veículos já estão atendendo demandas na capital e no interior.

Ação social: A assistência social representa um dos maiores desafios do nosso governo. Encontramos os programas paralisados, os abrigos em situação precária, necessitando de reformas. O auditório da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social transformado em depósito. Esse é o retrato do descaso das gestões passadas com as pessoas que mais precisam da intervenção do poder público.

Essa situação já começou a mudar. Mais de 10 mil brinquedos, enxovais e redes que estavam abandonados e que foram considerados aptos para utilização pelo instituto de pesos e medidas começaram a ser entregues. Os primeiros beneficiados foram crianças e gestantes de famílias indígenas. Serão atendidas outras crianças, adultos e idosos na capital e no interior. Estamos trabalhando na reorganização da estrutura funcional da SETRABES, com um novo organograma, e vamos realizar o concurso público este ano.

Estamos criando a rede de cidadania, amplo programa que vai englobar das ações sociais de amparo às famílias mais necessitadas às de qualificação profissional e habitacional. Em pouco tempo, os centros de produção comunitária e os clubes de mães voltarão a funcionar, para capacitar homens e mulheres e incentivar a geração de renda. Aos jovens, vamos reinvestir nos programas de estágio e incentivar o esporte.

O departamento de emprego está sendo estruturado para melhorar o atendimento. O restaurante comunitário será reaberto ainda no primeiro semestre deste ano. Para reduzir o déficit habitacional, vamos impulsionar o programa Habitar, que não teve movimentação de atividades no orçamento de 2014.

Mulheres: Vamos normatizar e colocar para funcionar a Coordenação Estadual da Política Pública para as mulheres. Já neste ano, realizaremos pelo menos três campanhas específicas para este público. A primeira ocorrerá agora no mês de março.

Crédito Social: Reafirmo meu compromisso com o Crédito Social. O programa foi encontrado sem estrutura física, recursos humanos e equipamentos. Uma auditoria detectou irregularidades e a inexistência de controle quanto aos beneficiários. Iniciamos hoje o cadastramento e o pagamento será efetuado até abril, retroativo ao mês de fevereiro. Os beneficiários que realmente precisam e que ficarão no programa não serão prejudicados.

Políticas indígenas: Apesar das conquistas já alcançadas pelos povos indígenas em Roraima, no último governo eles foram tratados com descaso. A nossa gestão, agora em janeiro, realizou a primeira das inúmeras reuniões com as lideranças, pois faremos um trabalho em parceria com as organizações indígenas para que, juntos, possamos desenvolver Roraima.

Vamos canalizar esforços para promover a autos-sustentabilidade das comunidades indígenas, por meio do fortalecimento e ampliação da produção agropecuária, com destaque para a criação de gado com projetos de melhoria genética e para o plantio de mandioca, que é a principal fonte de alimentação indígena.

Temos ainda que estimular o aumento da produção da farinha, para que deixe de ser uma cultura de subsistência e seja comercializada de forma mais ampla para gerar renda.

Também será priorizado o fortalecimento da cultura indígena, com o resgate da língua materna, dança e da produção do artesanato, realizando a certificação de procedência e antropológica desses produtos. Voltaremos a expor o artesanato indígena de Roraima nas melhores feiras do país.

Revolução econômica: Roraima terá sua vocação econômica agrícola transformada em realidade. Várias ações começaram a ser desenvolvidas pelo nosso governo para estimular a produção em escala empresarial e na agricultura familiar. Vamos plantar no campo a semente de uma era mais próspera para Roraima.

O modelo de incremento do agronegócio inclui a produção de grãos para transformá-los, por exemplo, em proteína animal e agregar valor à cadeia produtiva; novo cadastro rural; a entrega de títulos definitivos dos lotes; normatização de processos para agilizar a licença ambiental e a eletrificação rural, entre as ações estratégicas.

Uma equipe do nosso governo esteve no mês de janeiro passado no Município de Lucas do rio verde, no Mato Grosso, onde a soja tem gerado riquezas. A pequena cidade de 55 mil habitantes recebeu recentemente a instalação da maior planta industrial da América Latina, da empresa BRF (Brasil Foods), que tem, entre suas marcas, a Sadia e a Perdigão.

O fator decisivo para a escolha do local deste investimento da Brasil Foods, que gera mais de 5 mil empregos diretos, foi o preço atrativo

do milho e da soja, componentes da ração para alimentar frango e suínos que estão entre as bases do beneficiamento da empresa. É uma cadeia produtiva que tornou os preços de comercialização mais competitivos tanto no mercado nacional quanto no internacional.

Vamos implantar esse modelo de produção vertical de grãos em Roraima, fazendo com que, a partir da soja e do milho, cresça a produção de frango, suínos e gado bovino para abastecer o nosso Estado e comercializar para o Amazonas e para a Venezuela, que estão bem aqui ao nosso lado e atualmente compram frango do Mato Grosso e do Paraná.

Estamos dando passos para uma grande revolução econômica do agronegócio nos próximos 4 anos. A meta é alcançarmos o plantio de 100 mil hectares de soja e 50 mil hectares de milho.

Desenvolvimento: Para promover o desenvolvimento, a nossa administração tem, entre as ações estratégicas, a efetivação do Linhão de Tucuruí. Já houve reunião de representantes do governo e parlamentares aliados com o Ministro de Minas e Energia Eduardo Braga, no dia 2 de fevereiro, em Brasília.

O nosso governo atua junto com o ministério para conseguir a carta de anuidade da FUNAI para construção do linhão na reserva Waimiri-Atroari e inserir Roraima no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Outro problema que precisamos vencer para fomentar o avanço econômico do Estado refere-se à CODESAIMA, que a gestão anterior nos entregou com dívidas fiscais e com fornecedores, bens penhorados pela justiça e péssimas condições de conservação dos prédios, máquinas e veículos.

Na área de produção industrial, os equipamentos estão sucateados nas unidades de produção: fábrica de gelo e o moinho de calcário, em Caracará e Matadouro Frigorífico (MAFIRR) em Boa Vista.

Faremos a CODESAIMA voltar a ter papel importante no desenvolvimento de Roraima. Em menos de um mês, já eliminamos a figura do atravessador na comercialização da farinha de osso e agora os produtores fazem a compra diretamente na empresa, a preços mais baixos.

Com a nova gestão, a CODESAIMA arrecadou 3 vezes mais agora em janeiro com a venda de produtos de origem animal, em comparação com dezembro de 2014. Esse avanço será reinvestido na melhoria das unidades da companhia.

Infraestrutura: Os prédios públicos abandonados e em condições precárias já foram identificados por equipes da Secretaria Estadual de Infraestrutura para serem adotadas medidas de revitalização.

As obras da BR-210 foram retomadas e vão garantir o asfaltamento da estrada do Novo Paraíso até São João da Baliza. Queremos concluir a pavimentação ainda no primeiro semestre deste ano.

Atualmente, temos em torno de 50 mil metros de pontes, a maioria com a estrutura comprometida. A gestão passada não prestou contas de convênios com o Governo Federal, gerando o bloqueio de mais de R\$ 4 milhões.

Devido aos recursos escassos, vamos trabalhar em situações emergenciais para garantir a trafegabilidade nessas estruturas e, paralelamente, buscar recursos junto ao Governo Federal com a regularização dos convênios e apresentação de novos projetos.

Parque Anauá: O nosso governo começou a fazer a revitalização do Parque Anauá. Já iniciaram ações de reordenamento do trânsito. A fonte luminosa foi reativada e será feita a revisão de toda rede elétrica e da iluminação. Os poços artesanais foram reativados e já estão em funcionamento para alimentar o lago.

Energia: No setor elétrico, estamos cumprindo nossa parte para que a federalização da CERR esteja concluída até o mês de julho deste ano. Os governos anteriores deixaram a CERR com mais de R\$ 600 milhões de dívidas e inviável economicamente.

Já concluímos a rede de 69 kv, que sai da subestação distrito, em Boa Vista, e vai até Rorainópolis, atendendo também Mucajá, Iracema e Caracará. Estamos construindo a segunda etapa dessa rede, no trecho que vai de Novo Paraíso até a usina hidrelétrica de Jatapu, em Caroebe.

Para melhorar o nível da qualidade da energia no sul do Estado, a Eletrobrás instalou, em Novo Paraíso, uma usina termoeletrônica de 12 megawatts de potência. A previsão é que a usina entre em operação até o mês de abril. Estamos aguardando apenas a outorga da Agência Nacional de Energia Elétrica.

A recuperação e ampliação da usina de Jatapu é uma das metas para 2015. Atualmente, há apenas duas turbinas de 2,5 megawatts funcionando. Serão revitalizadas mais duas turbinas, dobrando a capacidade de geração para 10 megawatts.

Com a conclusão dessas obras, a previsão é que ainda no mês de abril de 2015, teremos 313 megawatts de energia disponível em todo o estado, quase o dobro do consumo atual que é de 165 megawatts, garantindo, dessa forma, a confiabilidade do sistema até a chegada do

linhão de Tucuruí.

Saneamento básico: O saneamento básico em Boa Vista e no interior é outro grande desafio. Recebemos a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima com uma dívida em torno de R\$ 150 milhões, salários atrasados e problemas estruturais nos sistemas de abastecimento de água de todo o Estado.

Mais da metade da água tratada vinha sendo desperdiçada. A estrutura física dos sistemas de abastecimento no interior está sucateada e ultrapassada. Não havia bombas de reserva ou hidrômetros para substituição.

Temos metas ousadas para mudar essa realidade. Até o fim de 2015, o índice de atendimento de coleta de esgoto em Boa Vista vai subir de 43% para 65%. Vamos adquirir equipamentos reserva para as estações elevatórias de esgoto, para reduzir ao máximo a possibilidade de despejos de esgoto in natura nos igarapés, e modernizar o sistema de monitoramento de todas as 31 estações elevatórias de esgoto de Boa Vista.

Já criamos um plano de ação no interior, para solucionar problemas pontuais, e vamos planejar ações de desenvolvimento a médio e longo prazos. Uma equipe de cadastradores está atualizando os dados dos clientes no interior. O combate a fraudes e ligações clandestinas será intensificado com fiscalizações.

Vamos instalar, ainda no primeiro semestre deste ano, mais de 40 mil hidrômetros e substituir os equipamentos danificados. A medida vai evitar desperdício e instalações irregulares.

Habitação: A CODESAIMA realizou agora em fevereiro a atualização cadastral das famílias inscritas nos programas habitacionais e no mês de maio vamos entregar 2.992 apartamentos do residencial Vila Jardim, construído no bairro Cidade Satélite, através do Programa Minha Casa Minha Vida.

São 187 prédios com 16 apartamentos cada um. Os apartamentos tem 40 m² de área construída, divididos em 2 quartos, 1 sala, 1 copa-cozinha e 1 banheiro. Todos com piso de cerâmica.

Os moradores terão estrutura para o esporte e o lazer. São 12 quadras poliesportivas, 12 áreas com churrasqueiras e 12 playgrounds.

A CAER já disponibilizou redes de água e de esgoto. O governo já fez os investimentos necessários para a Eletrobrás implantar a rede elétrica em todo o conjunto. Ao longo do nosso governo, vamos ampliar a parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida. Já estamos articulando a construção de mais oito mil moradias.

Segurança pública: O sistema de segurança terá atenção para que possa ter atuação eficiente na prevenção e no combate ao crime. Mantivemos e vamos ampliar o programa Ronda no Bairro para aumentar a presença nas ruas e reduzir o tempo de resposta ao atendimento das ocorrências.

Entregamos seis veículos que estão sendo usados nos trabalhos da Delegacia Geral de Homicídios e do Instituto de Criminalística. Também iniciamos a instalação de 30 câmeras de monitoramento em praças de Boa Vista para inibir a criminalidade e agilizar a ação policial.

O governo anterior deixou de implementar projetos importantes pela falta de contrapartida nos convênios com o Governo Federal. Vamos buscar novos convênios para compra de viaturas, armamentos e equipamentos diversos. O nosso trabalho busca a efetiva coesão da força policial do Estado, com suas ferramentas de inteligência, através das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

Estamos reforçando também a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron, com a integração das polícias Militar, Civil, Rodoviária Federal, Federal e Exército Brasileiro. Os municípios fronteiriços de Bonfim e Pacaraima terão sistemas de monitoramento para melhorar a segurança urbana. As câmeras também serão instaladas em Caracará e Rorainópolis.

Vamos informatizar a Polícia Civil, com a implantação do boletim de ocorrência eletrônico e o inquérito digital. A pericia terá autonomia e forte investimento na melhoria da qualidade da prova na investigação criminal.

Como parte do sistema de segurança, o corpo de bombeiros militar precisa de mais viaturas, reforço no efetivo e expansão dos serviços para o interior. Serão feitos investimentos para ampliar a capacidade de atendimento à nossa população, sobretudo em situações emergenciais como a que estamos vivenciando neste início de ano, no combate aos incêndios na zona rural provocados pela forte estiagem.

Sistema Prisional: Encontrado com dívidas elevadas e com as unidades prisionais em condições físicas caóticas, o sistema prisional teve decretada situação de emergência. O novo modelo de gestão vai garantir tratamento humanizado aos reeducandos, valorização dos agentes penitenciários e redução das fugas.

A melhoria na qualidade da alimentação já é uma realidade

e agora existe pontualidade na entrega. Os atendimentos médicos e odontológicos voltaram a ser oferecidos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

Dentre as melhorias que já estão sendo feitas na estrutura da Penitenciária de Monte Cristo destacamos a construção da cozinha e do refeitório, recuperação do alojamento dos agentes penitenciários e construção de espaços externos com banheiros aos visitantes.

Também serão readequados os blocos para visitas familiares, além de locais adequados ao atendimento hospitalar. Haverá a reforma do espaço destinado a atividades escolares e da ala voltada aos enfermos. Serão revistas as instalações elétricas e hidráulicas.

Vamos retomar a construção do presídio de Rorainópolis, pois o projeto executado na gestão anterior não contemplava nem o muro. Faremos ainda a aquisição de 360 tornozeleiras eletrônicas, que vão monitorar os detentos do regime semiaberto. São ações que contribuirão para desafogar o sistema prisional e acabar com a superlotação.

Trânsito seguro: O DETRAN reduziu o tempo de atendimento ao usuário. Os documentos de propriedade de veículos, que antes levavam meses para serem entregues, agora estão disponíveis em 24 horas.

Foi reforçada a equipe de atendimento e o número de provas práticas aumentou. Isso garante mais rapidez para concessão da habilitação aos nossos condutores.

Estamos realizando o planejamento de ampla campanha para o trânsito, que será lançada ainda neste semestre, e reforçamos as blitz para conter o número de acidentes e de vítimas.

A violência no trânsito é uma questão de saúde pública. 80% dos pacientes atendidos no setor de trauma do Pronto Socorro Francisco Elesbão são vítimas de acidentes.

Difusão tecnológica: Roraima terá 4 centros de difusão tecnológica, nos municípios de Alto Alegre, Mucajaí, Cantá e Caracará, para o desenvolvimento de pesquisa e da produção, com o beneficiamento e processamento de leite, peixe, mel e frutas. Estamos finalizando a instalação dos equipamentos para o funcionamento dessas indústrias e estamos trabalhando para conseguir o selo do Ministério da Agricultura. A previsão é inaugurar a indústria de beneficiamento do mel já no mês de abril.

Estamos concluindo o complexo tecnológico no Parque Anauá, com a construção de seis laboratórios para análise química, biológica e de qualidade da água, do leite e seus derivados e do mel. A previsão é que entrem em funcionamento no mês de outubro.

Agora no mês de março iniciaremos a construção, também no Parque Anauá, da sede administrativa do IACTI, bem como a reforma do Museu Integrado de Roraima.

Regularização fundiária: O nosso governo tem o compromisso de realizar a regularização fundiária rural e urbana, para que a população tenha a segurança jurídica necessária para o exercício de seu direito à moradia, bem como sejam propiciadas as condições legais para o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio.

Vamos, com determinação, remover os entraves para entregar os títulos definitivos à população. O Instituto de Terras e Colonização de Roraima está realizando uma auditoria nos procedimentos realizados nas gestões anteriores para anular ilegalidades e indicar os caminhos a serem traçados no processo de regularização fundiária, de forma planejada e em acordo à legislação fundiária, identificando os perfis dos beneficiários, de modo a promover a inclusão social e o desenvolvimento do setor produtivo.

Regularização ambiental: Não podemos pensar em desenvolvimento sem focar no meio ambiente. No âmbito estadual, padecemos com a ausência de legislação e normatização. O trâmite processual na FEMARH era excessivamente burocrático e sem padronização nos procedimentos.

A solução para essa questão passa fundamentalmente pela união de esforços entre o Executivo e o Legislativo. É preciso rever e adequar a legislação estadual vigente às normativas do Código Florestal para promover e conciliar a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais com as atividades produtivas, essenciais ao desenvolvimento do Estado.

Para agilizar a análise dos pedidos de licenciamento na FEMARH, vamos adquirir sistema informatizado para protocolo e acompanhamento da movimentação processual, além de normatizar e padronizar os procedimentos, privilegiando a segurança, a celeridade e a transparência dos atos praticados.

Vamos aplicar a Lei Federal 140 e municipalizar o processo de emissão de licença ambiental de empreendimentos locais. Amanhã já terá uma reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente para tratar deste assunto. A FEMARH dará suporte técnico aos municípios.

A proteção aos mananciais é outra prioridade. A CAER já iniciou um trabalho de monitoramento de todos os rios e igarapés de boa vista e vamos criar campanhas de conscientização pelo uso racional da água.

Equilíbrio fiscal: O grande desafio deste primeiro ano de governo é o equilíbrio financeiro das contas públicas, para que o Estado consiga investir na execução de programas de maior impacto como saúde, educação, segurança, assistência social e os projetos que ampliam as oportunidades produtivas e de geração de emprego e renda. Essas são nossas prioridades para o exercício de 2015, cujo orçamento é no valor de R\$ 3.068.843.523,00 (três bilhões, sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e três reais).

Parte da capacidade financeira do Estado para 2015 já foi comprometida com o pagamento de despesas com a folha de pessoal do mês de dezembro de 2014 e algumas despesas emergenciais, o que impacta no funcionamento da máquina administrativa e compromete os investimentos necessários para o crescimento econômico de Roraima.

As medidas de corte se tornaram imperativas. Nos primeiros dias do governo iniciamos uma auditoria nos processos de todas as secretarias e suspendemos os pagamentos de dívidas inscritas em restos a pagar pelo prazo de 180 dias.

Decretamos o contingenciamento de 50% dos gastos públicos de custeio, excepcionando apenas a saúde e a educação. A meta é fazer uma economia de R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais) para recompor aos cofres públicos os gastos efetuados com a folha de pagamento de dezembro de 2014 e as dívidas deixadas pela gestão passada. Essa é a projeção para fecharmos as contas do exercício financeiro de 2015.

Criamos ainda comitês para reavaliar todos os convênios feitos pelo governo anterior e os empréstimos milionários obtidos nas gestões passadas e que deixaram o Estado endividado pelos próximos 30 anos.

A situação interna se agrava com o cenário macroeconômico do país, que não é favorável no curto prazo, derivado das dificuldades de crescimento do Produto Interno Bruto, de atração de investimentos externos e da política fiscal adotada pela equipe econômica do Governo Federal.

Portanto, não visualizamos um cenário propício para o aumento dos repasses do Fundo de Participações dos Estados – FPE.

Vamos em busca de recursos adicionais, através de convênios federais para atender diversas ações que as receitas próprias não conseguem contemplar, como melhorias na infraestrutura de transportes, no fomento ao agronegócio, no sistema de saneamento, na regularização fundiária, dentre outros.

Até o meio do ano, estabeleceremos as diretrizes para o novo Plano Plurianual – PPA, do quadriênio 2016-2019, adequado ao projeto de desenvolvimento e gestão do nosso governo.

Transparência: A reestruturação de Roraima exige transparência nos procedimentos para garantirmos a legalidade dos atos governamentais. Neste sentido, reforçamos órgãos responsáveis pelas licitações, pelo controle interno e a ouvidoria.

A Comissão Permanente de Licitação do Estado de Roraima, responsável pelo processo das aquisições de bens e serviços pelo governo, através da realização de licitações, foi totalmente renovada, com a nomeação de novos membros para garantir a lisura processual, tendo como critério de escolha a capacidade técnica e o perfil exigido para a execução dos trabalhos.

Iniciamos os estudos para a elaboração de um novo organograma para a CPL, inclusive para absorver os trabalhos licitatórios que hoje são executados, de modo descentralizado, por núcleos setoriais existentes nas Secretarias de Estado da Saúde, de Educação e de Infraestrutura.

A Controladoria Geral do Estado foi designada para uma auditoria geral em todos os processos da gestão anterior. Os considerados sanados e aptos ao pagamento estão sendo submetidos à análise do Comitê Estratégico de Gestão e Planejamento – CEGEP, criado para monitorar e avaliar as ações governamentais, estabelecer a política orçamentária compatibilizando-a com a capacidade financeira do Estado e deliberar e apreciar todos os processos de despesas, da administração direta ou indireta, dependentes de recursos do tesouro estadual.

Estamos aparelhando e fortalecendo a Ouvidoria Geral do Estado, com a abertura de vários canais de comunicação direta com a população, concretizando a essência da nossa gestão, que é governar com o povo.

Para finalizar, reafirmamos a nossa confiança de que teremos um Estado muito mais próspero e melhor de se viver após os quatro anos do nosso governo. Trabalhamos com amor e determinação e sempre

acreditamos na viabilidade de Roraima. Muito obrigada!

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Convido a todos para de pé cantarmos o Hino do Estado de Roraima.

(Hino do Estado de Roraima)

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Agradeço a todos que se fizeram presentes a esta Sessão e, não havendo mais nada a tratar, convido os Senhores Deputados para a Sessão de terça-feira, onde faremos a composição das Comissões Permanentes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Aprovada em: 24/02/2015

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATADA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA Sessão Ordinária do Quadragésimo Nono Período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Às nove horas do dia três de março, de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima septuagésima Sessão Ordinária do quadragésimo nono período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Izaias Maia**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Coronel Chagas**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Ofício nº234/15, da Casa Civil, encaminhando a Mensagem Governamental de nº012, de 26/02/15, indicando nome do Senhor Regys Odlare Lima de Freitas, para exercer o cargo de Reitor *Pró-Tempore* da Universidade Estadual de Roraima- UERR. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei s/nº, de 25/02/15, do Deputado Estadual Jorge Everton Barreto Guimarães, que “Institui no âmbito do Poder Executivo do Estado de Roraima, o projeto social de formação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos, denominado Carteira de Habilitação Cidadã e dá outras providências”; Proposta de Moção de Pesars/nº, de 25/02/15, do Deputado Soldado Sampaio, pelo falecimento dos policiais militares, Sargento Rinaldo Gomes de Oliveira, Tenente-Coronel José Roberto Viegas, Subtenente Raimundo Pena Barros e Soldado Lucas Henrique Souza Silva, respectivamente em 02/01/15, 20/01/15, 25/01/15 e 25/01/15, nesta Capital; Proposta de Moção de Pesar s/nº, de 27/02/15, do Deputado Oleno Matos, aos familiares do Sr. Dagmar Vieira Ramalho, membro fundador da Academia Roraimense de Letras, poeta, compositor, arranjador, radialista e servidor da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), pelo falecimento do mesmo, ocorrido no dia 26/02/15, na cidade de São Paulo; Proposta de Moção de Pesars/nº de 02/03/15, do Deputado Estadual Brito Bezerra, aos familiares do Senhor Antonino Menezes da Silva, genitor da Governadora do Estado de Roraima, pelo seu falecimento, em 28/02/15; Indicações/nº de 02/03/15, do Deputado Evangelista Siqueira, solicitando providenciar em caráter de urgência a realização do seletivo para contratação temporária de professores e a divulgação de uma data para a realização de concurso público; Indicações/nº de 02/03/15, do Deputado Evangelista Siqueira, solicitando reforma, em caráter de urgência, e condições pedagógicas de funcionamento da Escola Estadual José Aureliano da Costa, situada na sede do Município de Cantá; Indicação s/nº de 02/03/15, do Deputado Evangelista Siqueira, solicitando normalizar, em caráter de urgência, o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas da capital e interior. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO:** Ofício nº 061/15, de 12/02/15, da Diretora de Atividades Plenárias e Cartorárias “TCERR” – Interina Maryjane Cavalcante Silveira, o qual vem em anexo cópia do Acórdão nº 041/2014 – TCERR-PLENO. **DIVERSOS:** Ofício Circular nº 002/15, de 25/02/15, do Defensor Público-Geral Stélio Dener de Souza Cruz, encaminhando Relatório de Atividades de 2014, relativo às Ações da Defensoria Pública do Estado de Roraima. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Izaias Maia** iniciou agradecendo a presença do povo, nas galerias, que vieram prestigiar a Sessão. Em seguida, informou ter estado na Serra do Tepequém, onde observou loteamentos por várias famílias, as quais estariam degradando o meio ambiente com lixo e fezes humanas, o que poderia comprovar por meio de imagens, das quais fará edição e apresentará para que todos tomem conhecimento. Após isso,

falou da importância de se preservar esse local, ponto turístico e patrimônio de Roraima. Finalizou pedindo apoio a todos os colegas Parlamentares para, se possível, fazer um trabalho naquela região, principalmente na área das cachoeiras, antes que se transforme em favela. O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** iniciou agradecendo a Deus, a presença de seus familiares, amigos e colaboradores, sem os quais, de acordo com o parlamentar, não teria logrado êxito no pleito eleitoral que o trouxe a esta Casa. Em seguida, fez um breve relato de sua trajetória como professor, gestor de escola, radialista, sindicalista, participante de movimentos sociais e religiosos. Informou que seu mandato terá como prioridade o cumprimento das propostas de sua campanha eleitoral: a luta constante por uma educação de qualidade no Estado e o apoio aos movimentos sociais e sindicais. Prosseguindo, relatou que, mesmo tendo sido o Deputado Estadual eleito com o menor número de votos, tem direitos iguais aos dos demais e a mesma responsabilidade de lutar por um Estado melhor. Segundo o Parlamentar, este pleito lhe mostrou a importância de cada voto, de cada pessoa, e de como é importante estar atento, saber ouvir, acolher bem e se entregar, verdadeiramente, sempre a serviço de quem lhe outorgou a missão de legislar. Exaltou o valor de seu partido, o PT, que segundo o Deputado, em doze anos, tirou mais de 35 milhões de brasileiros da linha de extrema pobreza, ajudando, em Roraima, a dar uma vida mais digna às pessoas por meio de projetos como o “Minha Casa, Minha Vida”, “Pronatec”, “Prouni” e “Luz para Todos”. Finalizou reafirmando seu desejo de lutar pelo sonho de uma vida melhor para todos os roraimenses. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** usou a Tribuna, inicialmente, para falar sobre os quatro anos em que foi oposição nesta Casa, a exemplo de outros Deputados, destacando o seu bom desempenho. Continuando, informou que, no pleito passado, defendeu, em primeiro turno, a candidatura da Senadora Ângela Portela e, no segundo turno, a de Suely Campos. Afirmou ser também de sua responsabilidade que este governo dê certo, apesar das pessoas estarem desacreditadas na classe política. De acordo com o Senhor Parlamentar, só o tempo e os exemplos mostrarão o seu comportamento. Informou ter, como parte da bancada governista, apresentado quatro indicações ao Executivo Estadual, inclusive a prorrogação do concurso da Polícia Militar devido à necessidade do aumento de efetivo no Estado. Após, disse ter conversado com a Governadora e com o Comando da Polícia Militar e ter agendado reunião com o Comando do Corpo de Bombeiros para que, ainda este semestre, seja encaminhada, para esta Casa, a Lei Previdenciária dos Policiais e Bombeiros Militares. Finalizou dizendo que, como membro da base governista, tem o dever de ajudar o Governo a acertar, orientando-o e criticando-o quando estiver errado, atitude que será não só sua mas dos demais componentes da Base, nesta Casa. O Senhor Deputado **George Melo** usou do expediente para agradecer aos Deputados do Bloco G15, por tê-lo escolhido como seu representante. Ressaltou que abriu mão da terceira presidência para ser líder, porque acredita ser seu compromisso não é com cargos e sim com o povo de Roraima. De acordo com o Parlamentar, o referido grupo tem orgulho de apoiar a atual Mesa Diretora, que, apesar de estar há pouco tempo no comando da Assembleia Legislativa, já imprimiu sua marca fazendo grandes mudanças, dentre elas, a extinção do quadro dos efetivados sem concurso, ato que teria sido necessário para moralização do Poder Legislativo. Elogiou o Deputado Brito Bezerra, cuja conduta se pautaria na defesa dos próprios ideais, baseada na ética e na honestidade. Por fim, disse que o bloco que representa apoiará também a bancada de situação, quando for para aprovar projetos que atendam aos anseios da população roraimense. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 003/14, que “Altera as leis 840, de 18/01/12 e 925, de 13/09/13, que “Dispõem sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público de Contas; Moção de Pesar nº 001/15, pelo falecimento dos policiais militares, Sargento Rinaldo Gomes de Oliveira, Tenente-Coronel José Roberto Viegas, Subtenente Raimundo Pena Barros e Soldado Lucas Henrique Souza Silva, ocorridos, respectivamente, em 02/01/15, 20/01/15, 25/01/15 e 25/01/15, nesta Capital; Moção de Pesar nº 002/15, aos familiares do Sr. Dagmar Vieira Ramalho, membro Fundador da Academia Roraimense de Letras, Poeta, Compositor, Arranjador, Radialista e Servidor da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), pelo falecimento do mesmo, ocorrido no dia 26/02/15, na cidade de São Paulo-SP; Moção de Pesar nº 003/15, de 02/03/15, aos familiares do Senhor Antonino Menezes da Silva, genitor da Governadora do Estado de Roraima, pelo seu falecimento, em 28/02/15. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário para que as Comissões em Conjunto pudessem analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 003/14, bem como analisar o nome dos candidatos à vaga de 3º Vice-Presidente da Mesa Diretora desta Casa, em razão da renúncia do Deputado George Melo. Após o tempo estipulado,

o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando que o Projeto de Lei nº 003/14 recebeu Pedido de Vistas na Comissão. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 001/15. Colocada em discussão e votação simbólica, a matéria foi aprovada. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 002/15, que, colocada em discussão e votação simbólica, sendo aprovada. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 003/15. Colocada em discussão e votação simbólica, a matéria foi aprovada. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento de autoria do Deputado Chico Mozart, candidatando-se à vaga de 3º Vice-Presidente da Mesa Diretora deste Poder. Em seguida, por não haver outro Deputado que quisesse se candidatar à vaga e, de acordo com o Regimento Interno deste Poder, o Senhor Presidente colocou a candidatura do Deputado Chico Mozart, em votação secreta, a qual foi aprovada por 17 votos favoráveis, 01 contra e 01 abstenção. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Brito Bezerra** convidou os membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e convidados de outras instituições, para uma reunião, às 15h, neste Plenário, para tratar de assuntos pertinentes às Comissões. O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** convidou os membros da Comissão de Educação, para uma reunião no seu Gabinete, às 16h, ocasião em que receberão os representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Enfermagem. O Senhor Deputado **Masamy Eda** solicitou ao Deputado Evangelista Siqueira a mudança de horário da referida reunião, uma vez que participaria de outra reunião no mesmo horário. O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pediu esclarecimentos da Presidência da Casa sobre a composição das Comissões Especiais Externas que irão sabatar os nomes indicados pelo Governo do Estado. O Senhor Deputado **George Melo** convidou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para uma reunião após a Sessão. O Senhor Deputado **Jorge Everton** informou aos membros da Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos que a reunião marcada para ouvir o Secretário de Justiça e Cidadania foi transferida para o próximo dia 10. Após, manifestou solidariedade aos profissionais de enfermagem, ressaltando que seu gabinete estará de portas abertas para receber as reivindicações da categoria, bem como de todos os servidores públicos do Estado que estejam se sentindo injustiçados. Em seguida, manifestou repúdio ao fechamento da Policlínica Cosme e Silva, solicitando que a Comissão de Saúde da Casa se pronuncie sobre a questão e busque, junto ao Governo do Estado, esclarecimentos sobre a real motivação da suspensão dos serviços. Dando continuidade, informou que encaminhará, para a Comissão de Saúde desta Casa, uma denúncia relativa ao fechamento do Hospital de Caracará pela Vigilância Sanitária, à falta de médicos e profissionais, bem como às péssimas condições de trabalho dos servidores daquele hospital. Em seguida, parabenizou o Deputado **Chico Mozart** pelo cargo de 3º Vice-Presidente, desejando-lhe uma boa gestão. Finalizou parabenizando as mulheres do Estado pela Semana da Mulher. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** informou que a data de pagamento dos profissionais da Saúde do Estado será no próximo dia 10/03. O Senhor Presidente, nos termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno deste Poder, informou a composição das Comissões Especiais Externas, conforme Resoluções nºs 14/15 a 22/15. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 4 de março, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, dos Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Massamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**

Aprovada em: 04/03/2015

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2366ª SESSÃO, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

48º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e três de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima sexagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo oitavo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, não há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Não havendo quórum regimental, suspendo a Sessão pelo prazo regimental de 10 minutos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Chico da Guerra**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (**Jalser Renier**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 012/2014, de 18/12/2014, do Deputado Naldo da Loteria, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 18 do corrente mês.

-Ofício nº 035/2014, de 18/12/2014, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 18 do corrente mês.

-Memorando nº 099/2014, de 18/12/2014, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 16 do corrente mês.

-Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2014 que “Fixa o subsídio do cargo de Deputado Estadual, e dá outras providências”, de autoria da mesa diretora.

-Projeto de Decreto Legislativo nº 022/2014 que “Dispõe sobre o subsídio de governador, vice-governador, secretários de estado e equivalentes, preceituado no Inciso XIX, do art. 33 da Constituição Estadual, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.

DIVERSOS:

-Ofício Circular nº005/2014, de 17/12/2014, da Superintendência Federal da Agricultura no Estado de Roraima – SFA/RR, convidando para participar da solenidade de posse do Superintendente Federal de Agricultura, Plácido Alves de Figueiredo Neto, no auditório dessa Superintendência, no dia 19/12/2014, às 09h30.

-Ofício nº 097/2014, de 18/12/2014, do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, apresentando uma Suplementação Orçamentária – Exercício 2015, para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, solicitando a devida e cuidadosa atenção na votação do aludido pedido, certos de que o mesmo será aprovado.

-Carta s/nº/2014, de 18/12/2014, dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, requerendo apreciação e votação do anexo ao Projeto de Emenda à Lei de Organização da Corte de Contes, pelas razões e justificativas nele esposadas.

-Ofício Circular nº045/2014, de 16/12/2014, do Sistema OCB/RR, que vem parabenizá-lo pelo vosso comprometimento, respeito e empenho, demonstrado na Sessão Plenária do último dia 11/12 da Assembleia Legislativa de Roraima, ocasião em que foi submetido e aprovado o Projeto de Lei com emendas à Lei 664/2008, que regulamenta e disciplina o transporte alternativo em nosso Estado.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

-Mensagem Governamental nº65/2014, de 18/12/2014, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando à elevada deliberação dessa nobre Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “Altera dispositivos na Lei nº892, de 21/05/2013, que dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima”.

-Mensagem Governamental nº66/2014, de 19/12/2014, do Governador do Estado de Roraima, comunicando o veto parcial ao Projeto de Lei Nº020/14, que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº664,

de 14/04/2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de passageiros do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Era o que constava do Expediente. Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede a chamada dos oradores inscritos.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é provável que esta seja a última Sessão Ordinária do ano legislativo, onde convivemos harmoniosamente, respeitando a postura e a opinião de cada um. Até porque esta Casa é uma casa de democratas que têm a sua própria opinião, as quais devem ser respeitadas. Mas, o que me traz aqui, nesta manhã Senhor Presidente! Primeiro, é o reconhecimento, o apreço, o respeito que temos pelo homem que passou quase 20 anos nesta Casa, sem nunca ter perdido a eleição pelo voto popular, ou seja, em todas as eleições em que ele participou, teve o reconhecimento da população. O Deputado Chico Guerra, Presidente desta Casa, sempre foi um homem preocupado em fazer o bem para as pessoas, sempre procurando fazer de tudo para que as amizades e o respeito fossem preservados nesta Casa. O Deputado Chico Guerra, por uma decisão monocrática do Supremo Tribunal Federal, não estará conosco na próxima legislatura. E para minha surpresa, o Senhor Governador, para quem nós trabalhamos na eleição de 2014, esse mesmo que vivia dentro desta Casa pedindo apoio e ajuda do Poder Legislativo para seus projetos e para seu sonho, que pelo seu comportamento jamais se tornaria realidade. O Governador Chico Rodrigues, em um gesto imaturo, irresponsável e de covardia, que é passaporte, identidade, porque... Deputado Chico Guerra! O Homem pode até perder a eleição! O Soldado pode até perder a guerra, mas o que o homem público não pode perder é a dignidade, é o compromisso, a lealdade e o respeito com aqueles que lhe estenderam a mão. Quero dizer hoje, a quem apoiamos, me arrependo! Arrependo-me de ter apoiado um homem que tem os pés no chão e as mãos também. Arrependo-me de ter apoiado um homem cuja decência ficou em casa desde que ele se tornou Governador, porque esse homem enviou para esta Casa um projeto de Lei, indicando o nome do Presidente Chico Guerra para ser o Presidente da Agência Reguladora e nós, Deputados desta Casa, estávamos convictos no entendimento com a oposição de aprovar o seu nome para assumir o cargo. E o governador, de uma maneira irresponsável, retirou o seu nome, em um ato covarde, em uma atitude insana e irresponsável. Retirou o nome do homem que ganhou as eleições, que fez a sua parte, que contribuiu com seu Estado, que balançou sua bandeira e jamais o abandonou! Homens que agem dessa forma devem estar exatamente onde o Governador Chico Rodrigues está, do lado de fora do palácio! Quero dizer, Senhores Deputados, que repúdio a esse homem, eu apresento o meu repúdio a essa gestão, e gostaria aqui, verbalmente, que esta Casa, que tem colaborado tanto com o Governo, que não repassa o duodécimo para este Poder, e que muitas das vezes a flexibilidade de Vossa Excelência... A calma de Vossa Excelência acaba tranquilizando os impulsos da maioria deste Parlamento que, às vezes, lhe pede para que entre na justiça para receber os direitos que são facultados a este poder, e isso a gente não releva. Mas hoje, diante da atitude sorradeira desse Governador... Eu quero aqui pedir, Senhor Presidente, que prepare o Requerimento e envie um comunicado ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, solicitando um prazo de 24 horas para que o Senhor Governador do Estado cumpra a sua responsabilidade de enviar o duodécimo para esta Casa, já que ele não teve a dignidade de cumprir o acordo que foi feito de levar ao conhecimento deste Plenário o nome de Vossa Excelência... Porque Vossa Excelência não foi lá pedir, foi ele que ofereceu! Vossa Excelência não foi lá pedir que ele o colocasse na Agência Reguladora, foi ele que ofereceu! E esse homem simplesmente retirou o nome de Vossa Excelência por medidas que a gente ainda não conhece! Eu quero aqui repudiar a atitude e dizer que sou solidário a Vossa Excelência! Estou solidário ao Deputado Ionilson Sampaio, que é do partido desse Governador... Que nós fomos a um grupo de Deputados. Pela sua experiência, pelo seu passado, pelo tempo que Vossa Excelência passou nesta Casa, o Senhor merece estar naquela Agência também! Mas o Senhor foi vetado pelo seu Governador! Pelo Governador que o Senhor apoiou, e hoje age em benefício de sua conveniência e se humilha para tentar comer e garantir o pão e o sustento da sua imoralidade! Esse é o Governador que eu me arrependo de ter apoiado! Esse é o Governador que eu me arrependo de ter colocado o meu trabalho, os meus amigos e eleitores para votar! Quero pedir desculpas aos verdadeiros e quero me unir aos justos! Quero ressaltar que o homem precisa corrigir os seus erros, mas antes de corrigir os seus erros, tem que ter certeza do que vai

fazer, porque o poeta já dizia que: “a coragem de fazer deve ser mais forte do que o medo de errar”. Mas, quando você se predispõe a estender a mão e fazer aquilo que o parlamento faz, cumprir acordos, cumprir sua responsabilidade, e não deixar a árvore cair no chão... Eu quero dizer, Deputado Chico Guerra, que Vossa Excelência tem a minha admiração, o meu apoio, porque Vossa Excelência será reconhecido. Foi o terceiro Deputado mais votado deste Estado! Esta Casa tem gratidão e respeito pelo Senhor! E o Deputado Joaquim, que é suplente de Vossa Excelência, nunca entrou com uma ação para tirar o mandato que o povo lhe deu. Vossa Excelência tem minha admiração e respeito pelo seu passado e sua vida, Deputado Joaquim. Então, Senhor Presidente, me solidarizo a um home que passou sua vida inteira nesta Casa e que está sendo injustiçado por um homem que passou uma vida inteira não construindo nada e não mostrando para o que veio para este Estado. A única coisa que fica do governo deste homem é uma bandeira estendida na frente do palácio, para que o vento não bata sequer nas costas dele que sorrateiramente abandona o Estado, que sai do governo pelas portas da covardia, porque é assim que este homem está saindo do governo. Diferente do Governador Anchieta que saiu do governo pelas portas da frente, que enfrentou uma eleição e que jamais abandonou seus ideais e seus amigos e que se viu traído compartilhadamente por este homem que pensa com um crânio de uma formiga. Esse é o sentimento que eu tenho por esse Governador que não merece o respeito e a credibilidade deste Poder. E quero dizer a ele que o futuro é incerto, a árvore que o senhor está derrubando hoje, Governador, poderá ser a mesma que o derrubará amanhã.

Aparte concedido ao senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Obrigado Deputado Jalsler. Talvez eu não tenha outra oportunidade, Presidente, de fazer uma saudação a um amigo. Não quero falar aqui dos defeitos, quero falar das suas virtudes. É um bom filho, tive a oportunidade de lhe conhecer na infância, porque fui amigo do seu pai. É um bom esposo, um exemplo de pai, um amigo para todas as horas, amigo até de quem não é seu amigo, e essa é uma das suas grandes virtudes. Quantas coisas estão escondidas no seu coração! Essa é a sua forma de ser. Por isso, eu digo que nesse momento não dá para falar de defeito, porque eles são poucos, prefiro ficar com as suas virtudes. Como o Deputado Jalsler colocou sobre esse problema que houve entre eu e o senhor, que o destino nos pregou, eu disse ao Jalsler, não como parlamentar, mas como amigo, que mesmo antes de ser político, já o conhecia. Portanto, antes de 06 mandatos, eu não tenho coragem de entrar com uma ação contra o meu amigo Chico Guerra. E é essa mensagem que eu quero deixar. O Senhor sai daqui temporariamente, mas não apagam das nossas recordações bons momentos que vivemos aqui, muito menos o passado, porque ele é o exemplo para o futuro das novas gerações, dos seus filhos.

Parabéns por tudo que o Senhor fez e termino dizendo que as suas virtudes são extremamente maiores que os seus defeitos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Deputado Chico Guerra! Deputado Jalsler, eu ouvi o seu discurso, certo para o dia de hoje. Falando do Chico Guerra, o nosso Presidente, quando tive o privilégio de entrar nesta Casa, o Senhor me ensinou como funcionava o parlamento, pois tinha grande conhecimento como Deputado Estadual. Lamento a covardia do governador Chico Rodrigues, o qual, também apoiei, levantei a bandeira. Quero dizer, meu presidente, meu amigo, parceiro, que o senhor não perdeu a eleição, isso é só um tempo. Tenho certeza que em breve o senhor estará na vida pública. Quero dizer muito obrigado por me permitir compartilhar vários mandatos ao seu lado, me ensinando com esse seu coração bom, cheio de amizade e de bons conselhos. Alguns colegas dizem que o Deputado Chico Guerra é calmo, mas esse é seu jeito de ser e foi com essa calma que conseguiu seus seis mandatos consecutivos. Por isso, gostaria de parabenizá-lo e agradecê-lo por nos deixar compartilhar com o Senhor os mandatos que compartilhamos juntos. Queria dizer também que isso não é um adeus, é um até logo, pois tenho certeza que o Senhor voltará a esta Casa daqui alguns anos. O que o Chico Rodrigues fez com o Senhor foi uma covardia, ele deveria até trocar de nome por isso. O Chico bom é o Senhor, o outro foi um covarde. Muito obrigado e um grande abraço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado Jalsler, gostaria de agradecer o aparte. Permita que eu me associe a Vossa Excelência ao dizer que essa indicação do nome do Deputado Chico Guerra não é um prêmio de consolação ao Presidente desta Casa. Tenho dito que o Chico Guerra, pela sua generosidade, pela sua bondade, faz a diferença nesta instituição. Seria uma indicação pelo respeito com que o Chico Guerra sempre tratou as instituições públicas. O Chico Guerra sofreu um desgaste enorme neste Poder por sua lealdade ao Governo que aí está, às vezes até pagando um preço muito caro, para agora presenciar um ato de covardia desses. Mas, Deputado Chico Guerra, nesses doze anos que convivi com o Senhor neste Poder, aprendi a lhe

respeitar, a lhe ter muito carinho. Vossa excelência pode estar certa de uma coisa. Muita coisa ainda vai vir pela frente e Vossa Excelência, com a proteção de Deus, estará com muita saúde para enfrentar novas batalhas. Vossa excelência nunca foi homem de correr de uma batalha, sempre as enfrentou com muita humildade, com conhecimento e com respeito às pessoas, e sempre saiu vencedor. Também foi sempre avaliado pela opinião pública e sempre o povo lhe garantiu um mandato. Infelizmente, algumas decisões monocráticas e atropeladoras vão contra a vontade democrática do povo. Está agora passando por essas dificuldades, mas, Vossa Excelência pode ter certeza que seria uma grande indicação do governo tê-lo como o indicado para a Agência Reguladora. Infelizmente, essa é a política que a gente vive. Quando tomei a decisão, no segundo turno, de apoiar a Suely, é porque vi que o Chico tinha medo de governar, medo de ser governador, medo de decidir, e um homem público não pode ter medo de tomar certas decisões. Por isso, gostaria de ser solidário às suas palavras e peço que o senhor demonstre através delas o nosso repúdio. Acredito que é o repúdio da grande maioria dos nossos companheiros de Assembleia a essa decisão do Governador do Estado. Admiro Vossa Excelência pela coragem, pelo dinamismo e pela valentia que sempre teve à frente deste Parlamento. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Chico Guerra, eu lhe tenho grande estima. Vossa Excelência sabe que mesmo na eleição passada eu já tinha a preferência de apoio ao Jalsler, mas, no decorrer da nossa caminhada, acabei votando no senhor para Presidente do nosso grupo. Aconteceu o que aconteceu, mas quero dizer aos colegas que vi na sua pessoa uma pessoa honrada, amiga, de compromisso. Inclusive, mesmo sendo vítima disso, compreendi sua decisão pelo lugar que ocupava e nós nos recompomos. E hoje, tenho dito nesta Casa que tenho grande apreço por sua pessoa, que qualquer movimento feito para lhe ajudar, estarei do seu lado. Não posso aceitar que não seja o Senhor o indicado para a Agência Reguladora, porque sempre entendemos que a indicação do seu nome seria como ter na Agência uma espécie de conselheiro para esta Casa, pelo grau de aprendizado, de amizade, respeito. Por isso, é muito fácil entendermos porque Vossa Excelência teve tantos mandatos, e mesmo quando não levou, foi eleito pelo voto também. Então, é porque Vossa Excelência cultivava essa aliança da irmandade que quero deixar esse registro sobre sua pessoa. E quero deixar registrado também o meu apreço a esse jovem político Jalsler Renier que passou o que passou, mas ficou seu nome nesta Casa e esta Casa tem grande apreço ao seu nome, porque acredito que política se faz com seriedade, e acho que esse mandato começou a inaugurar os blocos de oposição, G7 e G8, blocos esses que fazem bem ao parlamento, e Vossa Excelência foi um desses políticos que contribuiu para isso. Vossa Excelência é um político moderno, amigo e é, para mim, muito importante fazer parte do seu time, esse time que lhe apóia e que faz parte da condução dos trabalhos desta Casa. Nós já estamos acostumados com sua posição de lealdade. Vossa Excelência é um político leal e amigo e tenho certeza que ainda vai ter muitas alegrias por conta dessa personalidade transparente que tem. Então, não poderia deixar de fazer esse registro na tribuna desta Casa ao encerrarmos esse mandato, pois estamos iniciando outro, esperando que tenhamos muitos mandatos pela frente. Do jeito que o Jalsler está fazendo por Vossa Excelência, Deputado Chico Guerra, já o vi fazendo por outros colegas. Então, Jalsler, é por isso que Vossa Excelência tem o apreço e a admiração de seus pares. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado Jalsler, queria, antes de chegar ao cerne do pronunciamento de Vossa Excelência, fazer um preâmbulo de tudo que o senhor falou. No nordeste, dizemos que a derrota é um filho sem pai, quando a gente procura algumas respostas para ela, talvez a gente não encontre. Mas, se formos fazer uma reflexão a respeito de termos perdido essa eleição, talvez encontremos a resposta. Falo nós, não por uma questão pessoal, pois o governador é quem preside nosso partido e nós tanto acreditamos nele que naqueles momentos de discussões o convidamos para fazer parte do Partido Socialista Brasileiro, PSB. Conversamos ainda, em Pernambuco, sobre governança, boa administração, sobre as mazelas que afligiam o Estado e que ainda afligem, todos nós somos conscientes disso. E naquele momento, o governador Chico Rodrigues se mostrava experiente e imaginávamos também que fosse pela quantidade de mandatos que teve. Ele demonstrava ser um homem compromissado que teria muita coisa a romper com o passado, diria com todos os passados negativos, não apenas o passado de uma gestão. Mas, infelizmente, ele assumiu o governo e não disse a que veio. Aí, começamos a perder as eleições. O governo não tinha um propósito claro para este Estado. Nós ouvimos, na semana passada, o próprio Rodrigo, que foi vice dele, dizer claramente que eles não tinham um projeto claro de recuperação do Estado, não tinham um propósito claro de governança real, sério e sincero para este Estado. A despeito de várias conversas que tivemos, eu

e outras pessoas, inclusive Vossa Excelência, Deputado Chico Guerra, sobre a maneira que poderíamos tratar este Estado a partir da posse dele, já que cada um tem um estilo de governar, a partir do momento em que ele assumiu o destino deste Estado, era o estilo dele e ele tinha por onde e como fazer uma boa-gestão, se quisesse fazer uma boa gestão no Estado. Mas a história não perdoa Deputado Jalser, um governo claudicante, nenhum governante inseguro, nenhum governante medíocre. E foi isso o que vimos nessas eleições, uma derrota fragorosa, porque simplesmente a sociedade de Roraima viu que não tínhamos nenhuma opção para substituir esse passado que acabei de falar para os senhores. Ele está aí terminando essa gestão de uma maneira desastrosa, com um governo ofuscado, infelizmente. Eu estou dizendo isso a respeito do presidente do meu partido. E está terminando um governo eclipsado. E, além do mais, com gestos dessa natureza, em relação ao presidente desta Casa, o Deputado Chico Guerra, que ainda que não fosse para a Agência, mas que ele tivesse pelo menos a coragem de dizer: Deputado Chico Guerra, Sérgio Pillon, Fabiana, que é quem ele tinha mandado com a mensagem nesta Casa, eu não vou mandar mais a mensagem, porque eu não quero que essa Agência prospere. Eu já conversei com a Sueli, não é interesse o novo governo fazer. Ter a coragem de dizer isso e não ficar nesse jogo de gato e rato. A história também não perdoa àqueles que não têm coragem de dizer aquilo que pensam.

Eu quero encerrar, Deputado Jalser, dizendo apenas que no nordeste a gente costuma dizer: ingratidão é dívida que não prescreve. Obrigado!

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu não gosto de despedida. Gostaria Deputado Jalser, de dizer que o que o senhor está colocando, com relação ao Governo, eu já havia colocado antes, os senhores sabem disso, há algum tempo. Como hoje o Chico Guerra está sendo vítima, eu também fui. Eu quero me reportar ao meu amigo Chico Guerra. Quero dizer que nós não vamos ficar longe. Não gosto de despedida, os senhores sabem disso. Eu sempre disse que aqui na Assembleia a gente conviveu uma vida inteira juntos. Eu não consigo ver a Assembleia sem o Chico Guerra. E sempre disse que dos amigos aqui, talvez seja Vossa Excelência a pessoa que eu mais quero bem aqui. Então, só quero enaltecer isso do Senhor. Não quero mais fazer outras observações.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua. – Senhor Presidente, eu agradeço a oportunidade e o espaço... Concedo um aparte ao Deputado Coronel Chagas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Quero dizer que esse tipo de tratamento dado pelo Governador Chico Rodrigues não se dá a ninguém, muito menos a uma pessoa da estatura do nosso amigo, o nosso presidente Chico Guerra, que é um homem de seis mandatos, conhecido pela sua postura conciliadora e que tanta contribuição tem dado a este Estado, sua terra natal. Chico Guerra, eu não acredito que haja um só homem público e cidadão comum que concorde com esse tratamento dado a Vossa Excelência no momento em que está deixando esta Casa. Então, eu me alio aos apertes feitos ao seu pronunciamento, Deputado Jalser. E concluo dizendo que essa sua postura, Jalser, de defesa de seus companheiros, de seus aliados ou não, daquilo que o Senhor julga correto é o que tem o tornado aqui, uma liderança nesta Casa e tem feito tantas pessoas estarem ao seu lado, porque não é qualquer um que toma posturas assim, como vi ao longo desses quatro anos, de defender com unhas e dentes as pessoas quando estão com dificuldades. Fácil é criticar, difícil é a gente ver o companheiro tomando posicionamento como eu vi Vossa Excelência fazer isso, e em outros casos, mas nesse agora foi de uma coragem e companheirismo. Parabéns e pode ter certeza que isso só faz crescer muito mais um homem público e mais ainda nosso amigo e Presidente Chico Guerra. Parabéns.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua. – Mais uma vez quero agradecer, Deputado Chico Guerra, pelo espaço que Vossa Excelência me vez conquistar ao longo do tempo que nós passamos aqui nesta Casa. Vossa Excelência me abriu portas para que eu pudesse abrir outras, para que pudesse garantir a democracia nesta Casa. Quero aqui dizer a Vossa Excelência que, ao contrário da covardia que em 10 dias deixa esse governo, Vossa Excelência terá em mim sempre um parceiro. E continuo com o mesmo discurso, não abandono amigo meu no meio do caminho. Vossa Excelência terá sempre nosso apoio, apoios desta Casa e dos seus amigos verdadeiros, porque eu me incluo como um dos amigos verdadeiros. E quero agradecer tudo que o Senhor fez, pelo espaço que me deu, porque o Regimento desta Casa é presidencialista. Aqui só acontece aquilo que o Presidente quer, aqui só funciona aquilo que o Presidente quer, se você tem espaço, é porque teve oportunidade de ter, se você não tem, é porque o Presidente não deu as condições para que você tivesse. E

ao contrário de tudo, com relação à minha pessoa, tive por parte do Chico Guerra, Presidente desta Casa, espaço e condições para que eu pudesse apresentar o meu trabalho e fazer com que esta Casa fosse pelo menos o máximo democrática possível. Agradeço imensamente a oportunidade que Vossa Excelência me deu. E quanto aos ingratos e injustos, quero dizer que já, já, o tempo passa. Porque num passado recente da minha vida vivi momentos de muita agonia, momentos que não desejo aos meus inimigos, dificuldades que não desejo àqueles que talvez até não mereçam ou merecessem. Mas graças a Deus e a minha persistência, eu consegui dar a volta por cima e voltar para superfície da política. Hoje, não me sinto maior e tampouco menor que ninguém, mas quero dizer ao senhor que ninguém vive na vida pública sem cumprir seus acordos e sem cumprir com sua palavra. O Governador Chico Rodrigues deixa uma mulher, uma Senhora chamada Fabiana, que há 20 anos deu a sua vida por ele, e a resposta que ele dá a ela é uma palavra chamada “desdém”. Passamos o ano inteiro ajudando e fazendo com que os projetos do Senhor governador fossem rápidos e analisados por esta Casa no comando de Vossa Excelência e ele respondeu com a palavra chamada ingratidão. Lembro-me quando foi para o Deputado Ionilson escolher o partido, ele escolheu o partido do senhor governador, porque resolveu acreditar, confiar na palavra de um homem que não dá um passo à frente. E hoje estamos aqui, diante de uma situação constrangedora para esta Casa, constrangedora para a democracia roraimense, mas com certeza nós haveremos de dormir hoje, todavia o senhor governador, tenho certeza que ele se lembrará todos os dias da injustiça que está fazendo com as pessoas que foram justas com ele. E repito: o futuro tem por ofício ser incerto, o que parece claro hoje, pode se tornar escuro amanhã. Encerro meu discurso com as palavras do Deputado Chico Guerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Eu queria agradecer a Vossa Excelência pela indignação que expõe aqui, que é indignação de todos os colegas, não pelo fato do governador ter tirado o nome, e sim pelo fato de não ter pelo menos comunicado a esta Casa. Mas, como Vossa Excelência me conhece, eu diria que isso é muito pequeno diante do tamanho da grandeza desta Casa e das pessoas que fazem esta Casa. Quero agradecer as palavras carinhosas de Vossa Excelência e dos demais Deputados com relação à minha pessoa, e pedir a presença de todos amanhã, dia em que vou fazer um pronunciamento de até breve. Um beijo no coração de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua. – Obrigado, Deputado Chico Guerra. Eram essas as minhas palavras, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente, Deputado (**Coronel Chagas**)- Não havendo mais oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 051/2014 que “estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015”, de autoria governamental; do Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2014 que “fixa o subsídio do cargo de Deputado Estadual, e dá outras providências”, de autoria da mesa diretora; do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/2014 que “dispõe sobre o subsídio de governador, vice-governador, secretários de estado e equivalentes, preceituado no Inciso XIX, do art. 33 da Constituição Estadual, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora; da Mensagem Governamental de Veto nº 066/14, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 020/14, que altera e acresce dispositivos na Lei nº 664, de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria dos Deputados Rodrigo Jucá, Remídio Monai e Gabriel Picanço.

Suspendo a Sessão para que a Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 051/14 e a Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final possa analisar e emitir parecer aos Projetos de Decreto Legislativo nº 021/14, 022/14 de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 066/14.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário, (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 022/14.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 022/14).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados

aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na. Comunico que nos termos do Parágrafo 4º do artigo 232 do Regimento Interno, os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 022/14, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 021/14.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 021/14).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na. Comunico que nos termos do Parágrafo 4º do artigo 232 do Regimento Interno, os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 021/14, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 021/14.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura da Mensagem Governamental de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 020/14.

O Senhor Primeiro Secretário, (**Jalser Renier**) - (Lida a Mensagem Governamental de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 020/14).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na. Comunico que nos termos do Parágrafo 4º do artigo 232 do Regimento Interno, os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por rejeitada a Mensagem Governamental de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 020/14 por 17 votos contrários, 02 favoráveis e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 051/14 e do Parecer da Comissão Mista de Orçamento e Finanças.

O Senhor Primeiro Secretário, (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei nº 051/14 e o Parecer da Comissão Mista de Orçamento e Finanças.).

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, os Deputados desde a parte da manhã estiveram na sala de reuniões discutindo o relatório do Orçamento de 2015. É um relatório amplo. Foram discutidos item a item, e todos os Deputados concordaram, de forma que farei uma síntese muito rápida dos principais pontos.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Gostaria que Vossa Excelência dispensasse a leitura do Projeto, uma vez que todos os colegas já têm conhecimento do mesmo.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Acato o Requerimento do Senhor Deputado Gabriel Picanço. Mas, a Deputada Aurelina irá destacar alguns pontos para conhecimento e não irá lê todo o relatório por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Deputado, nós gostaríamos apenas de dizer que o Orçamento que chegou em setembro nesta Casa era um orçamento que tomou por base os mesmos valores de recursos de janeiro de 2014. Nós tivemos muitos problemas aqui, principalmente com relação à administração indireta e aos poderes. Diferentemente do executivo, para a administração direta não veio correção de salários de servidores. Então, nós tivemos que fazer uma análise de um orçamento curto que chegou aqui com dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil. E nós tivemos que fazer várias emendas que já foram discutidas. São de conhecimento de todos, para possibilitar, porque por exemplo: o Orçamento do Poder Judiciário ou qualquer um dos poderes, como veio o mesmo valor do orçamento de 2014, não tem sequer previsão de reajuste salarial. Então, tomando por base o orçamento do Governo Federal, nós corrigimos esse orçamento em 6.5%, depois de corrigir as fontes que são passíveis de correção, fontes: 100, 101 e 102. Retirando daí as transferências constitucionais e obrigatórias, nós tivemos apurado um valor de cerca de 96 milhões de reais no orçamento. Queria dizer que o reajuste não contemplou linearmente as empresas, o que foi apurado com a correção do Orçamento, pois dos 96 milhões, cerca de

58 milhões foram destinados para a saúde, que tinha um orçamento bastante minguado. Nós tivemos cerca de 20 milhões para agricultura. Estamos tirando, também, através de outras emendas de Comissão, cerca de 16 milhões para a infraestrutura, que tem um orçamento que também foi diminuído de 170 milhões para 60 milhões. Na saúde, tivemos uma defasagem de 250 milhões de necessidade, mais a correção e o reajuste salarial dos poderes. Os 96 milhões foram destinados a esses pontos e nós tivemos que complementar com remanejamento de outras secretarias onde foi possível tirar. E tivemos que remanejar, também, o que foi de muita valia as emendas dos deputados que se tornaram emendas impositivas e serão destinadas emendas obrigatoriamente à saúde, à educação, à infraestrutura, ao setor primário e à agricultura. As emendas dos Deputados são recursos que nós pescamos de dentro do próprio orçamento e direcionamos para esses setores que são prioritários. Então, no geral, o orçamento ficou em três bilhões e setenta milhões, incluídos, aí, recursos do IPER, que são recursos que o Estado não pode utilizar para a execução de nenhum projeto, recursos do SUS, recursos de transferência a Município, recursos da Educação, que são recursos federais, recursos de IPVA. Esses recursos que compõem a receita do Estado, vários deles não têm como sofrer emendas e nem como ser remanejados. Como eu disse, só podemos remanejar a fonte 101, que é FPE, as fontes 100 e 102 que são ICMS e Imposto de Renda do Estado. Esse é um orçamento bastante curto, é um Orçamento onde os recursos com o pessoal consomem parte do orçamento das Secretarias, de forma que tudo o que podemos conseguir a garantia da reposição salarial de servidores de poderes e alguns órgãos da administração direta, foram direcionados, inclusive emendas parlamentares, na sua totalidade, à saúde, à infraestrutura e à agricultura. Então, como já foi dito, todos nós estamos a par da confecção do Orçamento, discutimos item por item, foi aprovado em Comissão. A Comissão aprovou por unanimidade as propostas da relatoria, Senhor Presidente. Portanto, aprovado o Relatório do Orçamento 2015, foi votado em Comissão e aprovado por todos os Deputados. Registrou-se apenas um voto não na Comissão. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Em discussão o Projeto de Lei nº 051/14. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica.

Nos termos do parágrafo 4, do art. 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Deputados têm um minuto para, querendo, justificarem o seu voto. Votando “sim”, os Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 051/14, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015”, de autoria governamental, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais, lembrando que amanhã será realizada a última Sessão Legislativa do ano, oportunidade em que o Deputado Chico Guerra estará fazendo o seu pronunciamento de despedida deste parlamento.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Só para fazer uma colocação regimental, pois como nós estamos votando e acabamos de votar o orçamento da Casa, todas as Sessões deliberadas a partir de agora serão sessões Extraordinária. Elas não mais serão Sessões Ordinárias, ou seja, amanhã estaremos aqui para uma Sessão Extraordinária sem ônus para o Poder Legislativo, para que nós possamos fazer o encerramento dos trabalhos com o discurso final do Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Senhores Deputados, encerrando o período ordinário das Sessões, convoco uma Sessão Extraordinária para amanhã, às 9 horas, neste plenário, ocasião em que teremos a oportunidade de ouvirmos o pronunciamento do Presidente Chico Guerra. Quero dizer aos Senhores Deputados que após a Sessão será feito o cadastramento eletrônico das novas senhas para a nova legislatura, para que possamos fazer a eleição da nova Mesa Diretora no dia 01.

E, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e declaro o recesso parlamentar.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinado.**

Ata Sucinta Aprovada em: 24/02/2015